

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

EDUARDO ASSIS FERREIRA JÚNIOR

**NATURALISMO E A ABORDAGEM RESPONSABILISTA DA
EPISTEMOLOGIA DAS VIRTUDES**

JOÃO PESSOA
2022

EDUARDO ASSIS FERREIRA JÚNIOR

**NATURALISMO E A ABORDAGEM RESPONSABILISTA DA
EPISTEMOLOGIA DAS VIRTUDES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Filosofia
da Universidade Federal da Paraíba,
como requisito à obtenção do título de
Mestre em Filosofia.

Área de concentração: Lógica e Epistemologia

Orientador: Prof. Dr. Arthur Viana Lopes

JOÃO PESSOA
2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F383n Ferreira Júnior, Eduardo Assis.

Naturalismo e a abordagem responsabilista da epistemologia das virtudes / Eduardo Assis Ferreira Júnior. - João Pessoa, 2022.

65 f.

Orientação: Arthur Viana Lopes.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Epistemologia das virtudes. 2. Ética das virtudes. 3. Naturalismo. 4. Responsabilismo. 5. Situacionismo epistêmico. I. Lopes, Arthur Viana. II. Título.

UFPB/BC

CDU 165.6/.8:179.9(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, às 14h00min, no Google Meet, instalou-se a banca examinadora de dissertação de Mestrado do discente EDUARDO ASSIS FERREIRA JÚNIOR. A banca examinadora foi composta pelos professores Dr. ARTHUR VIANA LOPES, presidente da banca, Dr. ANDERSON D'ARC FERREIRA, examinador interno ao programa, Dr. VITOR SOMMAVILLA DE SOUZA BARROS, examinador interno ao programa, e Dr. ALEXANDRE ZIANI DE BORBA, professor substituto de UFSM, examinador externo ao programa. Deu-se início os trabalhos por parte do presidente da banca que, após apresentar os membros da banca examinadora e esclarecer a tramitação da defesa, de imediato solicitou ao candidato que iniciasse a apresentação da dissertação, intitulada NATURALISMO E A ABORDAGEM RESPONSABILISTA DA EPISTEMOLOGIA DAS VIRTUDES, o que foi feito em 20 minutos. Concluída a exposição, o presidente deu início ao processo de arguição passando a palavra respectivamente ao professor Dr. ANDERSON D'ARC FERREIRA, Dr. VITOR SOMMAVILLA DE SOUZA BARROS, e o Dr. ALEXANDRE ZIANI DE BORBA, respectivamente. Após às réplicas do discente, a banca se reuniu com os membros em uma outra sala para deliberação e decidiu por atribuir o conceito de "aprovado" à dissertação.

PROF. DR. ARTHUR VIANA LOPES
PRESIDENTE/PPGF-UFPB

PROF. DR. ANDERSON D'ARC FERREIRA
EXAMINADOR INTERNO/PPGF-UFPB

PROF. VITOR SOMMAVILLA DE SOUZA BARROS
EXAMINADOR INTERNO/PPGF-UFPB

PROF. DR. ALEXANDRE ZIANI DE BORBA
EXAMINADOR EXTERNO/UFSM

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Eduardo Assis Ferreira e Josenilda da Silva Lima Ferreira, por todas as dificuldades que enfrentaram por mim, pelo amor me dedicado, apoio estrutural e o suporte financeiro. Essa vitória é nossa!

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus pelas portas que tem aberto e as oportunidades que tem me dado, incluindo essa.

Agradeço imensamente aos meus pais, Eduardo Assis e Josenilda da Silva, por todo o comprometimento e dedicação que tiveram com a minha educação. Eles me proporcionaram a oportunidade de estudar, mesmo não tendo tido essa mesma oportunidade em suas próprias vidas.

Agradeço ao meu irmão Paulo Victor, pelo companheirismo e afeto.

Agradeço ao meu tio Josenaldo da Silva Lima, por sempre confiar e apostar no meu potencial.

Agradeço a minha namorada Amanda Freitas por entender com amor, meus momentos de ausência.

Agradeço ao meu primo Felipe Ivo, por toda sua disponibilidade e interesse em ajudar.

Agradeço ao professor Arthur Viana Lopes pela orientação e por me proporcionar as condições necessárias para o meu amadurecimento filosófico.

Agradeço à Marcílio Bezerra Cruz, por ter auxiliado um completo desconhecido no seu projeto de dissertação.

Agradeço à minha melhor amiga Verena Herêda, pelos mais de 10 anos de amizade.

Agradeço aos meus amigos de perto e de longe, em especial à Ailma Candeia, Amanda Freitas, Ana Scalabrini, Ana Truta, Anderson Souza, Bárbara Montalvão, Barbara Charlene, Bruno Ricardo, Bruno Valença, Camila Pereira, Cilene Ricardo, Clarissa Bertholasce, Danilo Carvalho, Erika Medeiros, Fabio Hiranoyama, Felipe Teixeira, Felipe Truta, Fernando Carvalho, Gabriela Nucci, Gessica Dassoler, Hithalo Kildaree, João Marcio, Isabel Cabral, Ivaldo Gomes, João Manoel, Karen Corrêa, Karla Cantalice, Leonardo Nascimento, Lucas Machado, Lucas Monguilhott, Malba Rosania, Mateus Truta, Myrlla Enmyly, Natalie Wang, Nerineide Belo, Pamela Almeida, Rebeca Moreira, Rodrigo Marinho, Tiago Truta, Vinicius Vasconcelos, Violeta Nunes e Wesley Sevilha.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo interesse em financiar esse trabalho.

Por fim, a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta dissertação, o meu sincero agradecimento.

*O conhecimento é um estado de
crença decorrente de atos de
virtude intelectual.*

Linda Trinkaus Zagzebski

RESUMO

A epistemologia das virtudes é o ramo da epistemologia que coloca a noção de virtude intelectual como teoricamente central na abordagem de questões epistemológicas fundamentais, estando dividida em confiabilismo e responsabilismo, duas formas diferentes de entendimento da noção de virtudes intelectuais. Em dessemelhança com o que ocorreu com o confiabilismo, a abordagem responsabilista parece ter sido desenvolvida com poucas preocupações naturalistas e, devido às semelhanças estruturais entre virtudes morais e virtudes intelectuais, bem como ao comprometimento de sua normatividade com algumas espécies de disposições desejáveis que constituem as virtudes intelectuais, assumindo o mesmo tipo de psicologia da ética das virtudes, a abordagem responsabilista está suscetível ao desafio do situacionismo. O presente trabalho buscou analisar se a abordagem responsabilista da epistemologia das virtudes proposta por Zagzebski é compatível com a ideia de uma epistemologia naturalizada, à luz do naturalismo epistemológico moderado e partiu da hipótese de que essa é naturalizável. Para tanto, propõe-se a distinguir os projetos naturalistas constantes no manual do naturalismo de Alvin Goldman, a fim de analisar o responsabilismo à luz do naturalismo epistemológico moderado e verificar se, nessa perspectiva, os contra-argumentos dos responsabilistas da virtude respondem satisfatoriamente ao desafio situacionista. Metodologicamente, o presente trabalho foi dividido em dois tipos de pesquisa: no primeiro momento, o método explicativo, trazendo uma revisão bibliográfica que visa caracterizar e definir cada abordagem e projeto; no segundo momento, o método qualitativo, voltado para as interpretações de natureza subjetiva. A presente pesquisa leva a afirmar que a abordagem responsabilista zagzebskiana não satisfaz todos os critérios do naturalismo epistemológico moderado e, portanto, não é naturalizável.

Palavras-Chave: Epistemologia das virtudes; Ética das virtudes; Naturalismo; Responsabilismo; Situacionismo epistêmico.

ABSTRACT

Virtue epistemology is the branch of epistemology that place the notion of intellectual virtue as theoretically central in addressing fundamental epistemological questions, being divided into reliabilism and responsibilism, two different ways of understanding the notion of intellectual virtues. Unlike what happened with reliabilism, the responsibilist approach seems to have been developed with few naturalistic concerns and, due to the structural similarities between moral virtues and intellectual virtues, as well as the commitment of its normativity to some kinds of desirable dispositions that constitute the intellectual virtues, assuming the same kind of psychology as virtue ethics, the responsibilist approach is susceptible to situationist challenge. The present project sought to analyze whether the responsibilist approach to epistemology, in light of moderate epistemological naturalism and started from the hypothesis that is naturalizable. To do it, it proposes to distinguish naturalism projects contained in Alvin Goldman's naturalism manual, in order to analyze responsibilism in the light of moderate epistemological naturalism and verify whether, in this perspective, the responsibilism of virtues counter-arguments respond satisfactorily to situationist challenge. Methodologically, the present work was divided into two types of researches: at first, the explanatory method, bringing a bibliographic review that aims to characterize and define each approach and Project; in the second moment, the qualitative method, focused on subjective interpretations. The present research leads to the assertion that Zagzebskian responsibilist approach does not satisfy all criteria of moderate epistemological naturalism and, therefore, is not naturalizable.

Keywords: Epistemology of virtues; Virtue ethics; Naturalism; Responsibility; Epistemic situationism.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

CVJ	Crença Verdadeira Justificada
ET	Epistemologia Tradicional
EV	Epistemologia das Virtudes
NE	Naturalismo Epistemológico
NEM	Naturalismo Epistemológico Metodológico
NES	Naturalismo Epistemológico Substantivo
NM	Naturalismo Epistemológico Moderado
NME	Naturalismo Epistemológico Meta-epistêmico
TCF	Teoria dos Cinco Fatores

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	EPISTEMOLOGIA NATURALIZADA	15
2.1	Formas de naturalismo	16
2.2	Epistemologia das virtudes	22
2.2.1	Abordagem confiabilista	23
2.2.2	Abordagem responsabilista	25
2.2.3	Uma avaliação naturalista sobre o responsabilismo das virtudes	29
3	SITUACIONISMO	32
3.1	Situacionismo na ética das virtudes	33
3.1.1	Evidências situacionistas na ética das virtudes	35
3.1.1.1	Experimento de Milgram	35
3.1.1.2	Experimento de Darley e Batson	37
3.1.1.3	Experimento de Isen e Levin	38
3.2	Situacionismo na EV	39
3.2.1	Evidências situacionistas na EV	42
3.2.1.1	Experimento de Isen, Daubman e Nowicki	42
3.2.1.2	Experimento de Glucksberg	43
3.2.1.3	Experimento de Asch	44
3.2.1.4	A dificuldade de medição	44
3.3	Contra-argumentos dos epistemólogos da virtude	47
3.3.1	Uma análise sobre os contra-argumentos	51
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
	REFERÊNCIAS	58

1 INTRODUÇÃO

O conceito de Epistemologia é objeto de controvérsias, no entanto, usualmente, é tida como o braço da Filosofia que investiga a natureza, fontes e validade do conhecimento, tendo como algumas de suas principais preocupações os seguintes problemas filosóficos: "O que é conhecimento" e "Podemos conhecer algo?".

O primeiro problema foi inicialmente tratado pela epistemologia tradicional (ET), através da definição lógica de que conhecimento é crença verdadeira justificada (CVJ), resposta que foi adotada pela epistemologia contemporânea. Essa perspectiva parte de uma proposição que se julga verdadeira, utilizando regras de inferências que são válidas para fazer deduções de outras proposições que são verdadeiras, e, pela preservação da verdade em todo o processo, se chega-se a conclusão que também será verdadeira.

Ocorre que a concepção tripartida sobre a natureza do conhecimento foi alvo de críticas e sedemonstrou inadequada, uma vez que Edmund Gettier (1963), através de seu artigo "*Is justified true belief knowledge?*", trouxe contraexemplos que revelam a insuficiência das condições para uma análise correta do conhecimento, uma vez que questiona se podemos considerar como conhecimento uma crença formada a partir de processo dedutivo que chegou à conclusão verdadeira por mera coincidência ou por acidente, indicando que se pode atingir o desfecho correto por meio de proposições falsas, desconstituindo a evidência como forma de justificação, não sendo essa, garantia de conhecimento, o que demonstra que podem existir casos de CVJ sem que exista conhecimento.

Dos contraexemplos, foi possível extrair 3 (três) diagnósticos, a saber: a análise de CVJ falha ao ignorar um quarto critério necessário para o conhecimento; a análise de CVJ é frouxa e por isso precisamos tornar mais rígida a noção de justificação; e, por fim, a análise de CVJ é fundamentalmente equivocada e por isso precisamos repensar seus métodos e/ou seus pressupostos.

O problema de Gettier, apesar de não ter sido o primeiro projeto a exigir uma definição de conhecimento mais robusta (*e.g.*, Trilema de Agripa), teve grande relevância, uma vez que as tentativas de respondê-lo levaram a desdobramentos significativos.

O segundo problema diz respeito ao desafio feito pelo ceticismo sobre se é possível haver conhecimento e que tipo de conhecimento seria possível. Entre as posições filosóficas que intentam formular soluções às questões cétricas, as que possuem expressão significativa de aceitação são as teorias internalista e externalista.

A corrente internalista possui a visão de que a crença se torna conhecimento a partir da justificação, entendendo que ocorre de maneira tipicamente consciente, uma vez que o sujeito epistêmico estabelece relações entre suas razões ou evidências com sua crença.

Tal tese possui duas formas principais: o internalismo de acessibilidade, defendido por Roderick Chisholm (1989) na terceira edição de seu livro *“Theory of knowledge”*; e por Richard Fumerton (1990), em seu artigo *“Metaepistemology and skepticism”*, que pregam a possibilidade de o sujeito epistêmico defender ou determinar sua crença a partir de uma justificação, somente acessando seus estados internos; e o mentalismo, defendido por Mathias Steup (1999), em *“A defense of internalism”*, bem como Earl Conee e Richard Feldman (2001), em seu trabalho *“Internalism Defended”*, que entendem a justificação como função apenas dos estados mentais do sujeito epistêmico.

Com um pensamento distinto e negando as formas de internalismo, surge a corrente externalista, dividida entre a visão de que não necessariamente precisamos ter acesso consciente às justificativas ou evidências de nossas crenças e a visão de que podemos, mas que se deve ocorrer por termos externalistas, isso é, os fatores justificadores não precisam ser internos, aparecendo a figura dos sentidos, contexto social e história individual do sujeito epistêmico como pré-requisitos de justificação da crença.

A Epistemologia das Virtudes (EV) entende a epistemologia como normativa, surge como uma das teorias mais recentes sobre a natureza do conhecimento e apresenta a noção de virtude intelectual como teoricamente central, entendendo, em algumas versões, conhecimento como o sucesso das habilidades cognitivas ou virtudes intelectuais do sujeito em obter crenças verdadeiras.

Diferentemente de suas antecessoras, que tinham como objeto unicamente a crença e seus elementos constitutivos, se propõe a focalizar o sujeito epistêmico detentor da crença. Existem pelo menos duas formas diferentes de entender a noção de virtude intelectual, resultando em duas abordagens da EV fundamentalmente distintas: a EV confiabilista compreende como virtudes intelectuais qualquer faculdade cognitiva, capacidade ou mecanismo que conduza ao conhecimento (SOSA, 2019), desse modo, conhecimento é o sucesso em ter crenças verdadeiras confiáveis (produto epistêmico) resultante do uso de habilidades cognitivas confiáveis, como boa audição, boa memória, boa visão, bom raciocínio, intuição, percepção, etc (GRECO, 2010, p. 71; SOSA, 2015, p. 1), que são integradas de forma adequada ao caráter cognitivo do agente. São representantes dessa abordagem Ernest Sosa (1991, 2007, 2019, 2021), John Greco (2000, 2001, 2002, 2008, 2010, 2020) e outros. Por outro lado, a EV responsabilista limita a compreensão de virtude

intelectual a certos traços de caráter intelectual do sujeito, *i.e.*, as entendendo como características psicológicas duradouras, constitutivas de personalidade e que moldam o perfil intelectual de seu agente, de um modo que favorece a obtenção de bens epistêmicos por parte desse (ZAGZEBSKI 2019), o que inclui traços, como autonomia intelectual, coragem intelectual, curiosidade intelectual, flexibilidade intelectual, honestidade intelectual, humildade intelectual, mente aberta, perseverança, responsabilidade epistêmica, etc. São representantes dessa abordagem: Linda Zagzebski (1996, 2012, 2017, 2019), James Montmarquet (1993, 2017), Jason Baehr (2006a, 2006b, 2008, 2011, 2017, 2019, 2021) e outros.

Na epistemologia contemporânea, filósofos vêm adotando critérios metaepistemológicos naturalistas, especificamente, desde o artigo "*Epistemology naturalized*", de Willard V. O. Quine (1969), que, entendido majoritariamente como radical, preconizava o abandono de preocupações tradicionais da epistemologia, incluindo sua postura de ciência normativa e rompendo com a herança fregeana do antipsicologismo.

Defendia um naturalismo eliminativista, em que a epistemologia se tornaria uma subcategoria da psicologia descritiva, indicando que os epistemólogos deveriam fazer uso livre do método empírico da psicologia. A EV confiabilista, tal qual a epistemologia tradicional, temem seu cerne teórico o desenvolvimento de análises de conceitos epistêmicos (conhecimento, crença, justificação, verdade, virtude intelectual, etc), a partir de avaliações sobre os estados de crença, tendo sido estruturado com preocupações naturalistas, inclusive, contribuindo para posições significativas na literatura contemporânea (e.g., GOLDMAN, 1979, 1986; KORNBLITH, 2002; SOSA, 2007, 2017, 2019).

O mesmo não acontece com a EV responsabilista, que se afasta do modelo da ET e tem em sua base teórica epistemológica, bem como em seu processo de avaliação epistêmica, a noção de virtude intelectual e o sujeito epistêmico detentor da virtude (ZAGZEBSKI, 1996). Dessa forma, a concepção de virtude intelectual da EV responsabilista não obviamente reduz as propriedades avaliativas epistêmicas a propriedades naturais, se encontrando mais próxima da concepção clássica de virtude e compartilhando a mesma estrutura psicológica do modelo ético aristotélico e, portanto, cria certa distância das preocupações naturalistas.

Na introdução deste trabalho contextualizamos o cenário atual da Epistemologia Contemporânea, apontando as discussões e os resultados que nos trouxeram a esse momento, a fim de justificar a plausibilidade do trabalho, assim como indicamos a nossa hipótese, objetivo geral e nossos objetivos específicos.

No primeiro capítulo, "Naturalismo e epistemologia das virtudes", apresentamos o programa das formas de naturalismo epistemológico (NE) indicadas no manual do naturalismo de Goldman (1994), dando ênfase nas suas diferenças em relação ao programa da ET, no entanto, adotamos o trabalho de Alvin Goldman (1979, 1986, 1992, 1994, 2010) como paradigma, realizando uma análise conceitual e de sua metodologia epistemológica, a fim de apontar os critérios que devem ser seguidos para que uma teoria em Epistemologia possa ser entendida como naturalizável. Além disso, trouxemos as abordagens confiabilista e responsabilista da EV, dando ênfase na conceituação de virtude intelectual, suas principais diferenças e seu papel no tratamento da natureza do conhecimento, o que nos permitiu avaliar se a EV responsabilista é capaz de satisfazer os dois primeiros critérios do naturalismo epistemológico moderado.

Ainda relacionado com os critérios impostos pelo naturalismo epistemológico moderado, o capítulo 2, "Situacionismo", tem como objetivo principal analisar o desafio situacionista e verificar se os contra-argumentos dos responsabilistas da virtude o respondem satisfatoriamente, na tentativa de responder se esse é suficiente para adotarmos que a EV, em especial, a abordagem responsabilista da EV, é empiricamente inadequada e incompatível com as melhores teorias científicas e a melhor evidência disponível.

Na busca da realização do objetivo acima mencionado, a metodologia adotada será explicativa e qualitativa, ocorrendo em três eixos de compreensão: primeiro, foi realizado um estudo sobre as raízes e em que consiste o desafio situacionista, analisando a discussão no campo da psicologia e sua versão na ética das virtudes, de modo a introduzir o problema. Na segunda parte, tratou-se o problema dentro da abordagem responsabilista da EV e indicadas as alegações de seus adeptos, trazendo os exemplos de casos em que esses sabidamente se dizem justificados, assim como, foram demonstradas as mais proeminentes propostas de defesa dos responsabilistas e discutido se elas são satisfatórias de um ponto de vista zagzebskiano em responder ao situacionismo.

A discussão aqui realizada permitiu a compreensão do que se trata o desafio situacionista e suas implicações para a abordagem responsabilista da EV.

A presente dissertação tem o objetivo de analisar se a abordagem responsabilista de EV proposta por Zagzebski é compatível com a ideia de uma epistemologia naturalizada, à luz do naturalismo epistemológico moderado e parte da hipótese de que essa é plenamente capaz de ser naturalizada nos termos do naturalismo epistemológico moderado.

A metodologia contou com o método qualitativo, havendo o uso de dois tipos de pesquisa, sendo a primeira bibliográfica e a segunda explicativa, com as quais se busca reunir

elementos, a fim de defender a possibilidade de naturalização da EV responsabilista e demonstrar que os argumentos situacionistas aqui indicados não são suficientes para desconsiderarmos essa teoriado conhecimento.

Por último, são colocadas as “Considerações finais”, no qual reiteramos não termos compromisso com uma avaliação sobre a possibilidade de adequação da Epistemologia das Virtudes como uma teoria de conhecimento ou de justificação, reconhecemos que muitos dos contra-argumentos dos responsabilistas indicados foram feitos com base na perspectiva de seus próprios projetos epistemológicos, e, indicamos os resultados obtidos com a presente pesquisa.

2 EPISTEMOLOGIA NATURALIZADA

A primeira tentativa ordenada de naturalização da epistemologia e ponto de partida da discussão contemporânea sobre o uso da ciência cognitiva na epistemologia foi o artigo "Epistemology Naturalized" de Willard V. O. Quine (1969) que, baseado no empreendimento logicista, preconizou o abandono de preocupações tradicionais da epistemologia tradicional (TE), incluindo sua postura de ciência normativa.

O empreendimento logicista teve como expoentes figuras importantes como Rudolph Carnap e Bertrand Russell e consistiu numa busca pela fundação da matemática, supondo haver a possibilidade de redução dessa ciência aos axiomas da lógica e a teoria de conjuntos, com intuito de dar àquela a obviedade e rigor que existia nos axiomas da lógica e a capacidade de justificar seus teoremas matemáticos, a partir dos axiomas da teoria de conjuntos.

O empreendimento precisou ser reformulado por diversas vezes em razão dos problemas encontrados nos axiomas da teoria de conjuntos, a exemplo do paradoxo de Russell (1903) e os 23 (vinte e três) problemas de David Hilbert (1900), culminando na perda do caráter intuitivo dos axiomas da teoria dos conjuntos.

Sobre o empreendimento logicista, Quine (1969) desenvolve um pensamento próprio, em que os estudos dos fundamentos da matemática se dividiriam em estudos doutrinários e estudos conceituais, sendo que o primeiro tinha como principais preocupações o estabelecimento da verdade e das leis (justificação) dos axiomas da matemática, enquanto que o segundo, se preocupava com definir e clarear os axiomas matemáticos em termos dos axiomas da lógica e da teoria dos conjuntos.

Com relação à perda do caráter intuitivo dos axiomas da teoria dos conjuntos apontados pelos problemas, Quine (1969) pontuou que essa gerou tão somente a perda da intenção do empreendimento de apontar, como a certeza matemática era possível e, em razão de tal situação, pôde ser observado que a redução quanto à explicação dos fundamentos da matemática foi resultante das tentativas de explicações sobre seus fundamentos que advieram das conexões e relações da lógica e da teoria dos conjuntos.

A partir desses resultados, Quine (1969, p.70) faz uma analogia entre a busca pelo fundamento na matemática e a busca pelo fundamento na epistemologia, de modo que se a matemática poderia ser reduzida à lógica e à teoria dos conjuntos, o conhecimento natural poderia ser observado a partir da experiência sensível, sugestionando que os epistemólogos façam uso livre da psicologia empírica em substituição a epistemologia, de modo que uma

disciplina que tradicionalmente era vista como autônoma e essencialmente *a priori*, deveria ser reformulada para fazer discussões de questões de fato, *i.e.*, a epistemologia deveria ser orientada pelas descobertas empíricas, portanto, *a posteriori*, como uma subcategoria da psicologia descritiva.

2.1 Formas de naturalismo

Na atualidade, alguns argumentos e suposições cartesianos (DESCARTES, 1641) sobre o empreendimento epistemológico são o que consideramos como características da epistemologia tradicional (ET), as quais foram elencadas por Jack Crumley (2009) no livro *An introduction to Epistemology – second edition* (2009), sendo eles:

- (a) Uma reflexão cuidadosa (*a priori*) em vez de uma investigação empírica é o método adequado para se chegar a uma compreensão exata dos verdadeiros princípios e fatos epistemológicos;
- (b) A Epistemologia é independente das ciências (autônoma) quanto às suas questões e métodos;
- (c) A Epistemologia é normativa na medida em que fatos epistemológicos são dados avaliativos; e
- (d) A Epistemologia se preocupa em responder apropriadamente o ceticismo.

Podemos entender a ideia de naturalização da epistemologia como sendo uma tentativa de melhoria ou superação de uma ou mais características da ET. Em virtude do abandono da agenda epistemológica tradicional, inclusive da postura da epistemologia como ciência normativa, a visão de Quine (1969) de uma epistemologia naturalizada sofreu duras críticas e foi considerada radical, no entanto, colocou o naturalismo em epistemologia como uma das principais discussões da atualidade, reabrindo o caminho para uma aproximação da epistemologia com as ciências, de modo que filósofos efetivamente passaram a aderir a critérios metaepistemológicos naturalistas na elaboração de suas teorias, o que resultou em formas diferentes de naturalismo.

Para o presente trabalho, a partir do manual do naturalismo de Alvin Goldman (1994), foram selecionados o NE metaepistêmico, o NE substantivo, o NE metodológico e o NE moderado, no intuito de apontar a diferença entre as formas, sendo que essa última será utilizada como paradigma dos critérios que devem ser seguidos pela abordagem responsabilista para que possa ser entendida como naturalizada.

Segundo Goldman (1994), o *naturalismo epistemológico metaepistêmico* (NME) é melhor retratado como uma tese de *segunda ordem* sobre o *status* ontológico das propriedades epistêmicas normativas, tais como justificação, conhecimento, garantia, entendimento, racionalidade, etc.

Uma posição consiste em uma forma de NME se ela diz algo sobre como deveríamos compreender a natureza de propriedades epistêmicas ou de nossos conceitos e linguagem epistêmicos em termos aceitáveis de um ponto de vista naturalista, sendo assim, o NME constitui uma rejeição à característica de autonomia da epistemologia (b).

Por exemplo, uma posição consiste em uma forma de NME se defende ou assume que propriedades epistêmicas devem ser explicadas em termos de propriedades naturais, como propriedades físicas. Algumas posições conhecidas desse tipo incluem a tese de que propriedades epistêmicas normativas podem ser analisadas ou reduzidas a propriedades naturais, bem como a ideia de que as propriedades epistêmicas *sobrevêm* (*supervens*) a propriedades naturais (GOLDMAN, 1994).

Por outro lado, uma posição que também poderia ser considerada como um NME é aquela que defende que deveríamos entender nossa linguagem epistêmica como não implicando a existência de qualquer propriedade real, tal como o *expressivismo* na metaética defende que o vocabulário moral não implica na existência de propriedades morais como certo ou errado, mas apenas *expressam* aprovação ou reprovação¹.

Ser um antinaturalista nesse sentido seria negar a explicação naturalista sobre a natureza de propriedades epistêmicas, por exemplo, rejeitando a possibilidade de propriedades serem reduzidas ou analisadas por propriedades naturais ou explicitamente defendendo que essas não pertencem ao reino do mundo natural. Na medida em que propriedades avaliativas epistêmicas não possam ser adequadamente relacionadas a propriedades naturais, o NME também implicaria uma rejeição da normatividade em epistemologia (c).

O naturalismo epistemológico substantivo (NES) é uma rejeição de qualquer versão muito forte da característica da autonomia da epistemologia (b) e ao método *a priori* (a), como o mais adequado para teorização, sendo uma explicação de algum fenômeno epistêmico em termos de certas propriedades ou relações não-normativas que privilegia o realismo descritivo. Segundo Goldman (1994), o NES pode ser entendido como um conjunto de posições teóricas que partem da compreensão de que o agente epistêmico é um ser físico ou

¹Para um exemplo de *expressivismo* sobre atribuições de conhecimento, ver Gibbard (2003).

biológico que interage causalmente com o mundo natural.

Pode-se considerar como teorias alinhadas ao NES aquelas que entendem conhecimento como produto do fluxo de informação do mundo para o conhecedor (DRETSKE, 1981); crença justificada, como o produto de processos confiáveis de formação de crenças (ARMSTRONG, 1968; GOLDMAN, 1979; KORNBLITH, 2002); conhecimento, como produto de uma conexão causal entre o mundo e o crente (GOLDMAN, 1967); crença justificada, como produto de uma crença em conformidade com suas normas epistêmicas (POLLOCK, 1986) e a possibilidade de redução das noções avaliativas da epistemologia às noções teleológicas da teoria dos sistemas orgânicos (BAKER; LYCAN, 1988).

O “naturalismo cientificista” de Quine (1969) se enquadra no que hoje se chama de naturalismo epistemológico metodológico (NEM), sendo uma reformulação da Epistemologia, entendendo que a ciência é o único método confiável para investigar a realidade e que, portanto, deve ser a base para a compreensão do mundo.

Como dito anteriormente, Quine (1969) reabriu o caminho para uma aproximação entre epistemologia e as ciências naturais, ao afirmar que a epistemologia deve se fundamentar numa ciência empírica ou, ao menos, deveria ser informada e atenta aos resultados de disciplinas científicas de uma forma essencialmente descritiva.

Assim, o NEM é uma rejeição a característica do método de teorização *a priori* (a)² e a característica da autonomia da epistemologia (b), uma vez que a epistemologia assume um papel meramente descritivo e totalmente dependente das ciências empíricas, o que também põe em discussão a normatividade proposta pela ET (c).

Nos termos da ET, a epistemologia se propõe com algo mais que a descrição de propriedades epistêmicas, se preocupando com sua compreensão em uma dimensão avaliativa e sendo profundamente comprometida em fornecer as condições sob as quais é permissível manter uma crença qualquer.

Para Quine (1969), a função da epistemologia seria meramente explicar um fenômeno natural, o que tem sido compreendido como sendo tarefa da psicologia (ciências naturais) fornecer a definição de conhecimento, os critérios ou regras com os quais estaremos autorizados a considerar algo como conhecimento:

Mas acho que neste ponto pode ser mais útil dizer que a epistemologia ainda continua, embora em um novo cenário e um status esclarecido. A epistemologia, ou algo parecido, simplesmente se encaixa como um capítulo da psicologia e, portanto, da ciência natural. Estuda um fenômeno natural, a saber, um sujeito humano físico.

²Essa rejeição é também em parte motivada pela convicção da inviabilidade de uma distinção entre os domínios do sintético e do analítico. Ver Quine (1951).

Este sujeito humano recebe uma certa entrada controlada experimentalmente - certos padrões de irradiação em frequências variadas, por exemplo - e na plenitude do tempo o sujeito entrega como saída uma descrição do mundo externo tridimensional e sua história. A relação entre a entrada escassa e a saída torrencial é uma relação que somos levados a estudar mais ou menos pelas mesmas razões que sempre motivaram a epistemologia; ou seja, para ver como a evidência se relaciona com a teoria e de que maneira a teoria da natureza transcende qualquer evidência disponível... Mas uma diferença notável entre a velha epistemologia e o empreendimento epistemológico nesse novo cenário psicológico é que agora podemos fazer uso livre da psicologia empírica (QUINE, 1969, p.82-83, tradução nossa)³.

Assim colocado, qualquer noção normativa passa a ser terreno da psicologia. Com relação à última característica da ET, da preocupação em dar respostas ao ceticismo (d), Quine (1969) nega que a Epistemologia deva manter tais preocupações, indicando que o ceticismo é um desdobramento da ciência e cabe a essa buscar respondê-lo.

Conforme observado por Saulo Moraes (2018), o naturalismo de Quine “elimina o elemento normativo da maneira como a ET o coloca, nega a possibilidade de qualquer evidência *a priori* para o conhecimento e não possui preocupações em dar respostas ao ceticismo”, de modo que parece adequado entender o NEM como uma posição filosófica que (i) entende a Epistemologia como um ramo da ciência; (ii) sustenta que as afirmações da epistemologia são um subconjunto das afirmações da ciência; e (iii) entende que o método apropriado de fazer a Epistemologia é o método empírico (GOLDMAN, 1999).

Dando continuidade à apresentação dos projetos epistemológicos naturalistas, o naturalismo epistemológico moderado (NM) ou naturalismo cooperativo é o último empreendimento listado no manual do naturalismo (GOLDMAN, 1994) e se trata de uma proposta do próprio Alvin Goldman.

Como visto anteriormente, a ET tem como principais características as afirmações de que:

- (a) uma reflexão *a priori* é o método mais adequado para se chegar à uma compreensão exata dos princípios e fatos epistemológicos; (b) a Epistemologia é autônoma das ciências quanto às suas questões e métodos; (c) é normativa; e (d) se preocupa em responder ao ceticismo.

³*But I think that at this point it may be more useful to say rather that epistemology still goes on, though in a new setting and a clarified status. Epistemology, or something like it, simply falls into place as a chapter of psychology and hence of natural science. It studies a natural phenomenon, viz., a physical human subject. This human subject is accorded a certain experimentally controlled input - certain patterns of irradiation in assorted frequencies, for instance - and in the fullness of time the subject delivers as output a description of the three-dimensional external world and its history. The relation between the meager input and the torrential output is a relation that we are prompted to study for somewhat the same reasons that always prompted epistemology; namely, in order to see how evidence relates to theory, and in what ways one's theory of nature transcends any available evidence... But a conspicuous difference between old epistemology and the epistemological enterprise in this new psychological setting is that we can now make free use of empirical psychology.*

Diferente do projeto de naturalismo epistemológico metodológico, que está mais preocupado em descrever os processos de aquisição e manutenção de crenças a partir do que dizem as ciências naturais e que têm principalmente (a) e (b) como foco de sua rejeição, Goldman (1999) parece mais preocupado com a questão da normatividade, principalmente na busca de uma teoria de justificação.

Em sua proposta, Goldman sustenta que não necessariamente é preciso abrir mão da concepção de possibilidade de conhecimento *a priori* (através de investigações analíticas), uma vez que intuições não precisam estar comprometidas com elementos não naturais (inteligíveis e não empíricos)⁴, como também que a Epistemologia é uma empreitada normativa, desde seu nascimento, tendo como parte de sua missão especificar os critérios, condições ou padrões para justificação ou conhecimento, tarefas que nenhum ramo da ciência empírica parece assumir, de modo que não se pode abandonar tal ideia.

No entanto, como observa Emanuele Abreu (2009), no NM a psicologia tem um papel relevante de cooperação a desempenhar, uma vez que para Goldman, cabe a Epistemologia “determinar as possibilidades reais para os seres humanos em termos de operações e estados mentais, um conhecimento sem o qual a epistemologia normativa não poderia determinar um conjunto de regras adequado para avaliar nossos conhecimentos” (GOLDMAN, 1986, p. 55).

Sendo assim, podemos compreender o NM como uma teoria que mantém compromissos da ET ao passo que sustenta (a), (c) e (d) que, no entanto, rejeita (b), na medida que, para cumprir com suas tarefas, a Epistemologia necessitaria da cooperação das ciências empíricas⁵, sendo uma condição que assume posições teóricas ou metodológicas que sejam aceitas por um cientista natural informado pelas melhores teorias científicas (LOPES; FERREIRA, 2022).

Segundo Goldman (1992), para que se tenha uma concepção naturalista moderada, precisa-se da fusão de uma tese que diz respeito à fonte da garantia epistêmica (razão ou razões que validam o direito de alguém crer em algo) e outra que diga respeito à natureza do empreendimento epistemológico, o que preservaria a integralidade das explicações em termos naturais e a independência dos arranjos conceituais filosóficos, tais como:

(I) Toda garantia ou justificativa epistêmica é uma função de propriedades dos processos

⁴Goldman (1999) baseia seu argumento no confiabilismo sobre a justificação epistêmica e na ideia de que existe uma arquitetura cognitiva básica no processo de formação de crenças que funciona como uma garantia *a priori* para a confiabilidade dos processos.

⁵Se trata de uma percepção contrária ao proposto por Quine (1967), uma vez que no NM a Epistemologia tem uma relação de cooperação com as ciências empíricas, enquanto que no NEM as ciências empíricas têm uma relação de soberania em detrimento da Epistemologia.

psicológicos (ou computacionais) que produzem ou preservam a crença.

(II) O empreendimento epistemológico precisa de ajuda apropriada da ciência, especialmente da ciência da mente.

A tese (I) consiste em uma rejeição da ideia de que a natureza das afirmações epistêmicas deve ter algum compromisso com pressupostos metafísicos, localizando a fonte das garantias epistêmicas nos processos psicológicos ou computacionais, pelos quais as crenças são formadas e preservadas, o que indica que a natureza das afirmações epistêmicas tem sua origem nos seres biologicamente constituídos (agentes epistêmicos naturais); enquanto que a tese (II), implica uma clara rejeição a (b) e ao principal argumento do NEM, vindo as ciências a cooperarem com a Epistemologia, mas não sendo essa determinada somente pelas informações das ciências. A partir de uma resignificação das garantias e justificações *a priori*⁶, o NM se torna compatível com ambas as teses, de modo que a tarefa da Epistemologia continuaria sendo a de identificar a conduta cognitiva adequada (valores, objetivos da cognição, etc), assim como a de explicar o significado dos termos epistêmicos (a partir do método de análise conceitual) e à ciência caberia procurar identificar os melhores métodos para promoção da conduta cognitiva adequada (a partir dos resultados da Epistemologia) ou verificar se os sujeitos epistêmicos possuem as capacidades necessárias (meios) para atingir os objetivos da cognição indicados pela Epistemologia.

Além da formulação das condições que devemos considerar para termos um naturalismo moderado, merece atenção a ideia de que uma teoria que pretende explicar propriedades epistêmicas (conhecimento, justificação, garantia, entendimento, racionalidade, etc.) deve, para que seja uma teoria robusta, respeitar as seguintes condições (GOLDMAN, 1979):

(C1) Deve ter um conjunto de condições substanciais que especifiquem quando uma crença é justificada em termos não-epistêmicos (não-avaliativos); e

(C2) Deve ser profunda de forma que deixe claro a fonte do estatuto que permite algo ser chamado de justificado.

O que Goldman (1979) está afirmando é que qualquer teoria de propriedades epistêmicas, para serem satisfatoriamente explicativas, devem usar expressões puramente modais ou metafísicas (não-avaliativas), assim como devem evitar ou responder o problema

⁶Segundo Feldman (2012), Goldman tem o intuito de propor uma possibilidade epistemológica que não seja totalmente apriorística e nem totalmente científica (naturalismo cooperativo) e para tanto, está particularmente interessado na busca de um fundamento para as garantias *a priori*.

da circularidade e o problema da auto-destruição⁷ e ter definições não-circulares.

Essa seria uma exigência para qualquer teoria epistemológica, mas que justificaria a escolha por um modelo naturalista, dada sua posição de vantagem para atender esses critérios via o uso de termos e relações científicas.

Dessa forma, entende-se o NM como a adoção dos seguintes critérios de correção metaepistemológicos:

- (1) Uma teoria epistemológica deve ser normativa;
- (2) Uma teoria epistemológica deve explicar suas propriedades avaliativas e normativas através de propriedades e/ou relações naturais; e
- (3) Uma teoria epistemológica deve ser empiricamente correta, ou seja, seus métodos; implicações, previsões e pressupostos empíricos; e outros aspectos relevantes devem estar de acordo com as melhores teorias científicas⁸.

Foram adotados (1), (2) e (3) como critérios que devem ser seguidos pela abordagem responsabilista para que essa possa ser entendida como uma abordagem passível de ser naturalizada.

2.2 Epistemologia das virtudes

Como dito anteriormente, a Epistemologia das Virtudes (EV) é uma abordagem teórica dentro da epistemologia contemporânea normativa em que o agente epistêmico passa a ser o foco primário de avaliação epistêmica e a fonte primária de valor epistêmico, estando comprometida com a ideia de que virtudes intelectuais desempenham um papel fundamental no domínio intelectual da vida humana e, desse modo, usa o conceito de virtude intelectual como central para abordar problemas e tópicos da epistemologia.

Como precursor na Epistemologia Contemporânea, pode-se citar o ensaio de Ernest Sosa(1980), intitulado "*The raft and the pyramid: coherence versus foundations in the theory of knowledge*" em que com o objetivo de superar o debate entre *fundacionismo* e *coerentismo*, sugeriu que se compreenda a noção de justificação como algo ligado a virtudes intelectuais.

Dentro da EV, existem diversos projetos que estão profundamente empenhados em responder questões, como: "o que é conhecimento?", "como sabemos de algo?" ou mesmo projetos que buscam recomendar normas de condutas intelectuais, sendo que os propósitos

⁷Para uma leitura mais aprofundada, ver: Greco; Sosa (1999) e Furmeton (2012).

⁸Adotei esta caracterização em Lopes; Ferreira (2022).

ao qual se aplica a noção de virtudes intelectuais depende do projeto epistemológico ao qual se está buscando. Segundo Alexandre Borba (2020):

Se um epistemólogo busca explicar o que é o conhecimento a partir da epistemologizadas virtudes, então compromete-se com a ideia de que as virtudes intelectuais desempenham um papel fundamental na aquisição de conhecimento (e, talvez, também na sua retenção, transmissão ou aplicação). Se, por sua vez, um epistemólogo busca recomendar normas de conduta intelectual (individuais ou comunitárias) a partir da epistemologia das virtudes, então compromete-se com a ideia de que as virtudes intelectuais desempenham um papel fundamental na identificação, apreciação ou internalização de tais normas (BORBA, 2020, p. 18).

Para os propósitos desta produção, importa trazer duas abordagens da EV que têm compromisso com tratar de qualidades dos agentes epistêmicos, mas que divergem em seus conceitos de virtude intelectual, a saber: Confiabilismo das Virtudes (EV confiabilista) e Responsabilismo das Virtudes (EV responsabilista).

2.2.1 Abordagem confiabilista

A EV confiabilista entende virtudes epistêmicas basicamente como as qualidades cognitivas de um agente epistêmico, entendidas de forma abrangente, que produzem ou favorecem conhecimento para esse, concebendo o componente de sucesso de uma qualidade, como o aspecto essencial para o que conta como virtude.

Assim, quando se fala de virtudes intelectuais num sentido confiabilista, abordam-se de disposições estáveis e confiáveis que são capazes de gerar mais crenças verdadeiras do que falsas⁹, *i.e.*, qualidades estáveis que permitem produzir bons efeitos epistêmicos, como crenças verdadeiras ou um bom desempenho das funções epistêmicas, as quais podem ser capacidades naturais confiáveis, habilidades, competências intelectuais¹⁰ ou traços de caráter adquiridos¹¹, o que inclui boa memória, boa intuição, bom raciocínio, boa visão, boa dedução, boa introspecção, tipos de processos perceptivos, etc, sendo endossada por epistemólogos, como: Ernest Sosa (1991, 2007, 2017, 2019, 2021), Alvin Goldman (1991, 2001), Duncan Pritchard (2005, 2008a, 2008b, 2009b, 2016b), John Greco (2001, 2002, 2008, 2010, 2020) e outros.

Segundo Heather Battaly (2016), pode-se entender a EV confiabilista como sendo uma abordagem comprometida com cinco parâmetros-chave: (CONF1) Virtudes (e vícios)

⁹Confiabilidade não implica em infalibilidade.

¹⁰Ver Sosa, 2019.

¹¹Ver Greco, 2010.

intelectuais não precisam ser qualidades adquiridas; eles podem ser faculdades inatas¹²;

(CONF2) Um agente epistêmico não é responsável por possuir virtudes e vícios e nem é responsável pela operação dessas virtudes e vícios¹³;

(CONF3) Virtudes intelectuais (e vícios) não precisam ser qualidades pessoais; eles podem ser subpessoais¹⁴;

(CONF4) Virtudes intelectuais devem ser confiáveis¹⁵; e

(CONF5) O valor das virtudes (e vícios) intelectuais é instrumental¹⁶.

É seguro que se compreenda, para os confiabilistas da virtude (GRECO, 2000; SOSA, 2007), capacidades naturais ou habilidades adquiridas como uma audição aguçada ou o ato de fazer derivações da lógica, se confiáveis, *i.e.*, capazes de probabilizar as chances de produzir crenças verdadeiras, são virtudes intelectuais (CONF1).

Ante à existência de virtudes intelectuais naturais (boa audição, boa intuição, etc), sobre as quais não se tem controle sobre a aquisição ou de sua operação (que ocorre de forma involuntária e automática), não se tem responsabilidade ou crédito por possuir tais capacidades, nem responsabilidades ou créditos por sua operação (CONF2).

Segundo Greco (2000):

(...) o caráter cognitivo que suporta o conhecimento não precisa ser adquirido, tampouco precisa ter o forte componente motivacional de uma virtude moral aristotélica, e não precisa ser uma excelência no sentido aristotélico. Em vez disso, o aspecto essencial de uma virtude intelectual é seu componente de sucesso, ou como nos termos de Sosa e Goldman, sua confiabilidade (GRECO, 2000, p. 179, tradução nossa).

Existem virtudes intelectuais (capacidades naturais involuntárias como boa audição e boa visão) que não são capazes de expressar os valores e as motivações epistêmicas do agente (CONF3). São consideradas como virtudes intelectuais, disposições estáveis que são confiáveis em razão de, em condições comuns, produzir mais crenças verdadeiras que falsas, *i.e.*, sua função precisa se dar em uma circunstância apropriada, na qual sua confiabilidade possa estar apropriadamente estabelecida (CONF4). Crenças verdadeiras são fundamentalmente valiosas, assim, virtudes e vícios intelectuais têm valor, porque

¹²(REL1) *Epistemic virtues (and vices) need not be acquired qualities; they can be hard-wired faculties* (BATTALY, 2016, p. 101).

¹³(REL2) *we need not be responsible for being epistemically virtuous or vicious. Specifically, we need not be responsible for possessing the virtues and vices that we do; nor need we be responsible for the operation of those virtues and vices* (BATTALY, 2016, p. 102).

¹⁴(REL3) *epistemic virtues (and vices) need not be personal qualities; they can be sub-personal* (BATTALY, 2016, p.102).

¹⁵(REL4) *epistemic virtues must be reliable* (BATTALY, 2016, p. 103).

¹⁶(REL5) *the value of the epistemic virtues (and vices) is instrumental* (BATTALY, 2016, p. 103).

consistentemente nos fornecem crenças verdadeiras ou falsas no caso dos vícios. (CONF5)

2.2.2 Abordagem responsabilista

A EV responsabilista concentra uma variedade de projetos¹⁷, sendo assim, para os fins aos quais esta pesquisa se propôs, foi discutida a abordagem responsabilista sob o prisma da concepção de virtude intelectual de Linda Zagzebski.

Como anteriormente mencionado, em contraste à proposta da abordagem confiabilista em EV, a EV responsabilista espelha sua análise das virtudes intelectuais na análise das virtudes morais aristotélicas, sendo baseada no caráter cognitivo do agente epistêmico.

Assim, quando virtudes intelectuais são mencionadas num sentido responsabilista, seguindo Zagzebski (1996, 2019), fala-se de traços de caráter adquiridos e mantidos pelo hábito, *i.e.*, características psicológicas duradouras, constitutivas de personalidade, que moldam o perfil intelectual de seu agente, que envolvem uma motivação específica para atingir o fim particular e geral dessa virtude e um sucesso confiável em atingir esses objetivos (favorecem a obtenção de bens epistêmicos), o que inclui no caso das virtudes (e dos vícios) intelectuais, traços, como: *coragem (covardia)* intelectual, *curiosidade (desinteresse)*, *flexibilidade (rigidez)* intelectual, *humildade (orgulho)* intelectual, *mente aberta (mente fechada)*, etc.

Conforme Battaly (2016), também é possível entender a EV responsabilista como sendo uma abordagem comprometida com cinco parâmetros-chave:

(RESP1) Virtudes intelectuais (e vícios) devem ser qualidades (excelências) adquiridas pelo hábito¹⁸;

(RESP2) Virtudes intelectuais devem ser admiráveis e os vícios intelectuais devem ser repreensíveis¹⁹;

(RESP3) Virtudes e vícios intelectuais devem ser qualidades pessoais que expressam o caráter epistêmico do agente²⁰;

¹⁷Ver Christopher Hookway (2000, 2003), Heather Battaly (2006, 2008, 2015, 2016), James Montmarquet (1993, 2017), Jason Baehr (2006a, 2006b, 2008, 2011, 2017, 2019, 2020, 2021), Jonathan Kvanvig (1992, 2003), Linda Zagzebski (1996, 2012, 2017, 2019) e Lorraine Code (1984, 1987).

¹⁸(RESP1) *epistemic virtues (and vices) must be acquired qualities* (BATTALY, 2016, p. 103).

¹⁹(RESP2) *epistemic virtues must be praiseworthy and epistemic vices must be blameworthy*. (BATTALY, 2016, p. 103).

²⁰(RESP3) *epistemic virtues and vices must be personal qualities that express one's epistemic character* (BATTALY, 2016, p. 104).

(RESP4) Virtudes intelectuais devem ser confiáveis²¹; e

(RESP5) Virtudes intelectuais possuem, ao menos em parte, valor intrínseco²².

Com a caracterização de EV responsabilista, as diferenças entre as abordagens passam a ser evidentes. Tem-se que para os responsabilistas da virtude (ZAGZEBSKI, 1996, 2019; MONTMARQUET, 1993, 2017), virtudes e vícios intelectuais necessariamente precisam ser qualidades adquiridas (RESP1), o que implica numa rejeição de (CONF1).

Segundo Zagzebski (1996), os confiabilistas da virtude fazem mau uso²³ do conceito aristotélico, ao adotarem, como virtudes, faculdades inatas ou capacidades naturais confiáveis em gerar mais crenças verdadeiras que falsas, uma vez que para Aristóteles, virtudes seriam a excelência (potencialidades) dessas faculdades adquiridas pelo hábito, logo, fundamentalmente, a aquisição de virtudes ou vícios intelectuais é o resultado do esforço intelectual (ou ausência dele, no caso dos vícios) do agente virtuosamente (viciosamente) motivado.

Assim, tem-se *responsabilidade* pela posse e operação das virtudes e vícios intelectuais (ZAGZEBSKI, 1996) e, por ter-se essa responsabilidade, estamos autorizados a ser admirados no caso da posse das virtudes ou repreendidos no caso da posse de vícios (RESP2), o que implica numa rejeição de (CONF2), uma vez que faculdades inatas não são passíveis de admiração ou repreensão por serem involuntárias e automáticas (não exigem esforço do agente).

Conforme Zagzebski (1996):

as faculdades, capacidades e talentos naturais podem ser elogiados da mesma forma que elogiamos a beleza ou força natural, mas não culpamos a falta deles. As virtudes são qualidades que merecem elogios por sua presença e condenação por sua ausência. Ainda maior culpa é devida a uma pessoa que tem o contrário de uma virtude, ou seja, um vício, mas não culpamos uma pessoa por ter o contrário de inteligência ou boa aparência (ZAGZEBSKI, 1996, p. 104, tradução nossa)²⁴.

A posse e operação de virtudes implica necessariamente na posse de motivações virtuosas, o que diz algo relevante sobre o caráter intelectual do agente e possibilita avalia-

²¹(RESP4) *Responsibilists disagree about whether the epistemic virtues must be reliable. Montmarquet (1993: 20) argues that although epistemic virtues are reliable in the real world, they do not require reliability. 21 In contrast, Zagzebski (1996: 99-100) argues that epistemic virtues require reliability* (BATTALY, 2016, p. 105).

²²(RESP5) *the value of the epistemic virtues is (at least partly) intrinsic* (BATTALY, 2016, p. 105).

²³Para Greco (2000b, p. 179), é Zagzebski que faz mau uso desta noção ao tomar para si uma ideia de virtude que não expressa o uso comum do termo.

²⁴*“Natural faculties, capacities, and talents may be praised in the same way we praise natural beauty or strength, but we do not blame the lack of them. Virtues are qualities that deserve praise for their presence and blame for their absence. Even greater blame is due to a person who has the contrary of a virtue, namely, a vice, but we do not blame a person for having the contrary of intelligence or good looks”.*

lo. Assim, virtudes intelectuais são traços de caráter que constituem a personalidade e moldam o perfil intelectual de seu agente (RESP3), *i.e.*, são qualidades pessoais e individuais que permitem identificar suas motivações, o que traz uma conceituação bastante diferente de (CONF3), não admitindo que virtudes e vícios intelectuais possam ser subpessoais.

Sobre o argumento, Zagzebski diz que

um animal agindo apenas por instinto não tem virtude, mesmo que o instinto seja bom, e o mesmo vale para o humano. [...] Uma virtude é uma qualidade profunda de uma pessoa, intimamente identificada com sua individualidade, enquanto as faculdades naturais são apenas a matéria-prima para o eu. A maneira aristotélica de colocar isso é que eles são meramente potencialidades (ZAGZEBSKI, 1996, p. 104, tradução nossa)²⁵.

Como dito anteriormente, existe algo admirável em se possuir virtudes que é gerado não apenas pela motivação virtuosa do agente, mas também, porque, em algum momento do desenvolvimento de uma pessoa, existe a possibilidade de ela trilhar o caminho do vício.

Essa admirabilidade parece ser uma maneira de elogio diferente dos que se está disposto a dar nos casos de habilidades naturais (ZAGZEBSKI, 1996) e, na realidade, autoriza a supor que o contrário das capacidades naturais (incapacidades) não parece ter a mesma importância na natureza da virtude confiabilista que um vício intelectual tem na natureza de uma virtude responsabilista, de modo que, como indica Zagzebski, “não *pensamos* em uma deficiência ou fraqueza como um vício, se não tiver uma virtude correspondente” (1996, p. 105), enquanto é difícil conceber-se virtude intelectual na visão responsabilista²⁶, sem que ela tenha um vício intelectual correspondente, *i.e.*, habilidades naturais não parecem ter uma qualidade negativa²⁷, diferente da virtude (aristotélica) que tem bem definido como seu “antônimo”, o vício.

Como foi visto, na perspectiva de Zagzebski (1996), a aquisição de virtudes envolve uma motivação²⁸ característica para produzir um certo fim desejado (alcançar um bem epistêmico), no entanto, para a autora, apenas motivação não é suficiente.

²⁵“An animal acting on instinct alone does not have virtue, even if the instinct is a good one, and the same goes for the human. [...] A virtue is a deep quality of a person, closely identified with her selfhood, whereas natural faculties are only the raw materials for the self. The Aristotelian way to put it is that they are merely potentialities”.

²⁶Se trata de uma concepção zagzebskiana pautada na conclusão aristotélica em *Ética a Nicômaco* no qual virtudes não seriam nem paixões e nem faculdades, mas sim, *héxis* (disposições de caráter).

²⁷Segundo Zagzebski (1996), a existência de uma virtude tipicamente implica na existência de uma característica negativa contrária (vício), no entanto, a única coisa que pode figurar como uma característica negativa de uma habilidade natural é a ausência dessa habilidade, o que não parece por si só, ser uma qualidade negativa.

²⁸Para Zagzebski (1996), motivação é uma tendência persistente de ser movido por um motivo de um certo tipo.

A natureza de uma virtude intelectual no modelo zagzebskiano exige um componente motivacional e um componente de sucesso confiável (RESP4), *i.e.*, uma pessoa virtuosa precisa agir motivada para alcançar determinado bem epistêmico e deve ser confiavelmente bem-sucedida em alcançar esse bem.

Concluo que a característica de “sucesso” da virtude é um componente distinto do componente de motivação. A posse da virtude requer sucesso confiável em alcançar os fins do componente motivacional da virtude. Isso significa que o agente deve ser razoavelmente bem-sucedido nas habilidades e atividades cognitivas associadas à aplicação da virtude em suas circunstâncias. Uma pessoa virtuosa, entre outras coisas, compreende muito bem algum aspecto do mundo. Uma pessoa corajosa é boa em entender como avaliar o nível de perigo em uma situação, entende as consequências de vários cursos de ação e sabe quais perigos valem a pena enfrentar de uma determinada maneira e quais não valem. O justo entende o que a justiça exige e é bom em perceber os detalhes de uma determinada situação que sejam relevantes para a aplicação de direitos e deveres. Uma pessoa compassiva entende o nível de necessidade das pessoas ao seu redor e pode prever os efeitos de várias formas de expressar compaixão em pessoas com personalidades diferentes. A virtude, em suma, envolve conhecimento e compreensão do mundo na área aplicável, tanto em geral como no caso particular. Isso não quer dizer que a virtude seja incompatível com quaisquer crenças falsas sobre uma situação, mas uma pessoa virtuosa não pode estar sistematicamente errada em seus julgamentos sobre o mundo quando eles se aplicam a seus sentimentos e escolhas (ZAGZEBSKI, 1996, p. 133-134, tradução nossa)²⁹.

A necessidade de existir uma condição de confiabilidade da virtude é o único parâmetro-chave com que a EV confiabilista (CONF4) e responsabilista (RESP4) concordam, no entanto, diferente do que entende a EV confiabilista (CONF5), os responsabilistas³⁰ compreendem que a condição de confiabilidade nas virtudes intelectuais faz com que elas sejam instrumentalmente valiosas e, em razão de requererem motivação para a verdade,

²⁹I conclude that the "success" feature of virtue is a component distinct from the motivation component. Virtue possession requires reliable success in attaining the ends of the motivational component of the virtue. This means that the agent must be reasonably successful in the skills and cognitive activities associated with the application of the virtue in her circumstances. A person of virtue, among other things, understands some aspect of the world very well. A courageous person is good at understanding how to evaluate the level of danger in a situation, understands the consequences of various courses of action, and knows which dangers are worth facing in a certain manner and which are not. A just person understands what justice demands and is good at perceiving the details of a particular situation that are relevant to the application of rights and duties. A compassionate person understands the level of need of persons around him and can predict the effects of various forms of expressing compassion on persons with different personalities. Virtue, in short, involves knowledge and understanding of the world in the applicable area, both in general and in the particular case. This is not to say that virtue is incompatible with any false beliefs about a situation, but a virtuous person cannot be systematically wrong in her judgments about the world as they apply to her feelings and choices.

³⁰Mais uma vez, a fim de atender aos nossos propósitos, intencionalmente omiti que apesar de não haver divergências entre os responsabilistas com relação a necessidade das virtudes intelectuais serem intrinsecamente valiosas, existe uma explicação diferente da que nos propusemos a adotar (MONTMARQUET, 1993).

também são intrinsecamente valiosas (RESP5), o que consiste numa negação de (CONF5).

2.2.3 Uma avaliação naturalista sobre o responsabilismo das virtudes

Apresentadas as diferenças entre EV confiabilista e responsabilista, tendo pontuado qual a concepção de virtude para essas, avalia-se agora se a EV responsabilista pode ou não ser naturalizada à luz do naturalismo epistemológico moderado, *i.e.*, se ela cumpre ou não os critérios estabelecidos pelo NM para se ter uma teoria naturalizada em epistemologia, os quais foram indicados abaixo:

- (1) Uma teoria epistemológica deve ser normativa;
- (2) Uma teoria epistemológica deve explicar suas propriedades avaliativas e normativas através de propriedades e/ou relações naturais; e
- (3) Uma teoria epistemológica deve ser empiricamente correta, ou seja, seus métodos; implicações, previsões e pressupostos empíricos; e outros aspectos relevantes devem estar de acordo com as melhores teorias científicas.

Não parece que o critério (1) é um problema para a abordagem. O responsabilismo tem como preocupação que tipo de agentes intelectuais deve-se ser ou a que tipo de qualidades pessoais deve-se dedicar (*cultivar*).

Segundo Zagzebski (1996), quando se avalia uma crença, além de se pensar em termos de justificação, direciona-se a avaliação para as características internas do agente, assim, a avaliação à qual a abordagem se propõe, privilegia as propriedades do agente que formaram a crença, algo que uma teoria que usa conceitos neoaristotélicos é capaz de fazer, na medida em que se pode caracterizar esse agente como virtuoso ou não virtuoso (vicioso).

Nesses termos, a dimensão normativa da EV responsabilista é explicada pela sua concepção do que são virtudes intelectuais e isso parece ser uma vantagem contra outras abordagens que focam sua avaliação na crença do agente, a partir de sua justificação (ou não justificação), uma vez que tendem a negligenciar aspectos pessoais que são valiosos para uma avaliação epistêmica, enquanto que uma teoria que avalia o caráter intelectual do agente e seu desenvolvimento (processo), não.

Como visto, na EV responsabilista o agente é responsável pela posse e operação de suas virtudes e vícios intelectuais, uma vez que a aquisição de virtudes (ou vícios) intelectuais envolve uma motivação virtuosa (ou a ausência de motivação virtuosa) e um agir conforme alguém que tenha uma virtude intelectual (ou vício) agiria, sendo confiavelmente bem-

sucedida em alcançar o bem epistêmico desejado, o que envolve esforço, haja vista que essa aquisição ocorre por meio do exercício (hábito).

Portanto, existe uma recomendação de ordem epistêmica de como se deve agir, de modo que se o agente age conforme a recomendação ou contrariamente à ela, é passível de elogio ou repreensão, *i.e.*, dizer que alguém tem virtude ou vício intelectual expressa um juízo de valor e uma atribuição de algo positivo ou negativo a essas características, o que contribui para concepção de que o critério (1) é atendido por EV responsabilista.

Boa visão, boa audição e bom raciocínio são virtudes num sentido confiabilista, sua posse não implica em algum tipo de crédito (elogio) e nem é um demérito ter uma faculdade cognitiva não confiável (CONF3), sendo entendidas como capacidades naturais ou derivadas³¹ (CONF1), assim, não há responsabilidade em sua aquisição ou operação (CONF2).

O confiabilismo parece ter algum sucesso se avaliado pelo critério (2), uma vez que emprega termos não-epistêmicos para definir propriedades epistêmicas, a exemplo da defesa de Goldman (1979), em que a justificativa sobrevém da *propensidade* (confiabilidade) de gerar crenças verdadeiras do tipo de processo cognitivo que gerou essa crença em particular.

Ao analisar o conceito de virtude intelectual responsabilista no prisma do critério (2), um problema parece se impor: virtudes intelectuais, como um componente psicológico duradouro, não ferem uma ontologia naturalista, uma vez que o conceito de traço psicológico é o de uma propriedade natural³², no entanto, como visto, a EV responsabilista sustenta (RESP2), de modo que na concepção de Zagzebski (2017), o agente que se empenha (tem o hábito) em *cultivar* virtudes intelectuais, tendo motivações virtuosas e alcança confiavelmente o bem epistêmico pretendido, é admirável.

O problema está no modo como Zagzebski parece compreender a relação conceitual entre virtude intelectual e admirabilidade. Imputar que alguém é admirável é fazer um juízo de valor e atribuir um ponto positivo sobre uma característica pessoal, *i.e.*, o conceito de admirabilidade é obviamente avaliativo. O conceito de virtude, no entanto, claramente também possui um conteúdo descritivo, algo como “uma qualidade benéfica (positiva) que torna seu possuidor admirável como pessoa”, assim, virtude parece consistir num conceito espesso, no sentido de possuir tanto conteúdo descritivo como avaliativo (WILLIAMS, 1985). De fato, conceitos de virtudes particulares, como ‘coragem’ e ‘bondade’ são exemplos clássicos de conceitos espessos. Se esse é o caso, se pode argumentar que o conceito não

³¹Para Sosa (2007), algumas habilidades são uma cortesia da mãe natureza e de seus caminhos evolutivos, mas, muitas outras devem ser aprendidas.

³²Posição baseada em Lopes; Ferreira (2022).

pode ser naturalizável por esta razão (MCDOWELL, 1981). A ideia é: Para o naturalismo as questões sobre o conhecimento devem ser tratadas em termos naturais, no entanto, não há como fornecer uma definição não-avaliativa de 'virtude' que capture as instâncias desse conceito no mundo e permita que uma pessoa que não conhece o termo "virtude" compreenda o seu significado. Uma definição que não inclui o conteúdo avaliativo desse conceito o descaracteriza, dessa forma, não podem ser entendidos em termos de propriedades naturais e relações naturais, o que implicaria na impossibilidade de cumprir o critério (2). Defendo em Lopes; Ferreira (2022) que uma possível resposta, a fim de compatibilizar a proposta responsabilista com o critério (2), seria tentar explicar o valor atribuído às virtudes intelectuais através de seus efeitos produzidos (bens epistêmicos).

Resta agora avaliar o responsabilismo sob o prisma do critério (3): virtudes morais e virtudes intelectuais (responsabilistas) guardam grande semelhança estrutural, assim, da mesma forma das virtudes morais, as virtudes intelectuais pressupõe compromissos empíricos na psicologia e parecem sofrer com as imposições de um problema antigo da ética das virtudes, a saber: o situacionismo, o qual foi discutido no próximo capítulo.

3 SITUACIONISMO

O situacionismo, como se conhece, deve seu surgimento a um movimento que ocorreu dentro da psicologia, que veio a questionar a necessidade do estudo da personalidade por meio de disciplinas (MILLER, 2017), ante a possível inexistência de traços de personalidade, dividindo psicólogos da personalidade e psicólogos sociais durante muitos anos.

Um dos marcos desse movimento foi a publicação pelo célebre psicólogo austro-norte-americano Walter Mischel, do livro *Personality and assessment* (1996), em que evidenciava a discordância empírica entre os dados e o que propunham as teorias da personalidade, gerando trabalhos com conclusões insatisfatórias e incapazes de contribuir com o tema, quase sempre associadas a justificativas rasas de limitações próprias dos pesquisadores.

Em sua obra, Mischel (1996) se recusa a responder se as informações sobre os indivíduos seriam mais importantes do que as informações sobre as situações, de modo que as mais diversas interpretações da obra geraram um debate acalorado e aprofundaram a divisão conceitual entre a psicologia da personalidade e a psicologia social³³.

Psicólogos da personalidade receberam a obra com grande desconfiança, interpretando-a como uma rejeição da existência da personalidade e conseqüentemente de traços de caráter, enquanto que os psicólogos sociais, a interpretaram como prova da irrelevância causal dos traços de caráter e da personalidade no comportamento humano, ante ao poder das situações. Nessa disputa, o enfoque era determinar qual agente, indivíduo ou situação, possuía um maior controle sobre o comportamento humano, não havendo possibilidade de meio-termo, uma vez que aquele que tivesse um maior efeito, reduziria significativamente a importância do outro.

Dentre as reflexões mais proeminentes geradas pela discussão, importa destacar a ideia de adaptabilidade: aqui, a habilidade de se adaptar surge como um argumento favorável ao situacionismo, uma vez que se for verdade que os indivíduos adaptam seus comportamentos aos diversos tipos de situações, então, é razoável deduzir que não existem indivíduos com traços de personalidade duradouros, o que leva à direção do ceticismo.

Numa visão menos cética, a variabilidade de comportamentos em diferentes situações seria prova suficiente de que caso algo, como personalidade e traços de caráter existam, não

³³Conforme Mischel (2009), o debate também gerou um aprofundamento da divisão entre indivíduo e situação com a qual ele próprio não concordava, apontando a má interpretação de sua obra.

são capazes de produzir efeitos positivos de controle sobre o comportamento dos indivíduos.

De todo modo, se algo como personalidade e traços duradouros não existem, e, caso existam, são irrelevantes, a ideia de algo, como traços de caráter, parece não ter plausibilidade, e, em consequência, também não há plausibilidade em pensarmos em uma certa concepção de caráter por meio de virtudes (num sentido aristotélico), uma vez que uma resposta positiva satisfatória requer no mínimo uma redefinição de virtude.

3.1 Situacionismo na ética das virtudes

Aristóteles (384-322 a.C.) dividiu as virtudes em morais (éticas) e intelectuais (dianoéticas), entendendo as primeiras como traços de caráter ativos e profundos (*hexis*) que demandam um tipo de mentalidade admirável, em que as razões de seus possuidores para agir são pautadas no reconhecimento e na alta valorização do que seria correto, atuando de forma característica nas situações relevantes para a virtude, isso é, agindo moralmente bem.

Na atualidade, a EV vem tratando das virtudes intelectuais, sendo a Ética das Virtudes caracterizada por dar centralidade às virtudes, enfatizando seu caráter moral, tendo se consolidado como uma das principais abordagens dentro da ética normativa na Filosofia Moral. A ideia essencial é que um sujeito virtuoso (de posse da virtude) deseja e persegue o bem, tem desprezo pelo mal e necessariamente sente prazer em agir virtuosamente, o que faz através da sabedoria prática (*phronesis*) que lhe dá condições de agir satisfatoriamente, conforme suas boas intenções.

Na ética aristotélica, os traços de caráter do sujeito são condições fundamentais para conquista da “boa vida” (*eudaimonia*) e tem como principais atributos sua estabilidade e solidez. Ainda que o sujeito se encontre em situações desfavoráveis, estando de posse da virtude, suas manifestações comportamentais serão guiadas por ela, vejamos:

O atributo em apreço pertencerá, pois, ao homem feliz, que o será durante a vida inteira; porque sempre, ou de preferência a qualquer outra coisa, estará empenhado na ação ou na contemplação virtuosa, e suportará as vicissitudes da vida com a maior nobreza e decoro, se é "verdadeiramente bom" e "honesto acima de toda censura". [...] Se as atividades são, como dissemos, o que dá caráter à vida, nenhum homem feliz pode torna-se desgraçado, porquanto jamais praticará atos odiosos e vis. Com efeito, o homem verdadeiramente bom e sábio suporta com dignidade, pensamos nós, todas as contingências da vida, e sempre tira o maior proveito das circunstâncias. [...] E, se assim é, o homem feliz nunca pode tornar-se desgraçado, muito embora não alcance a beatitude se tiver uma fortuna semelhante à de Príamo. E tampouco será ele versátil mutável, pois nem se deixará desviar facilmente do seu venturoso estado por quaisquer desventuras comuns (EN, Livro I, Capítulo 8, 1098a25-30).

Do exposto é acertado inferir que a ética das virtudes pressupõe alguns compromissos empíricos na psicologia moral e descritiva, tais como: virtudes morais existem; virtudes morais são globais, *i.e.*, disposições epistêmicas gerais que são consideradas como boas em si mesmas e que se aplicam a uma ampla gama de contextos epistêmicos; virtudes morais são robustas ou resistentes a situações contrárias; virtudes morais caracterizam o comportamento dos sujeitos virtuosos nas situações relevantes para a virtude; sujeitos virtuosos tendem a apresentar uma consistência padrão de comportamento nas diferentes situações relevantes para a virtude.

Conforme observamos anteriormente, o situacionismo surge da discussão entre psicólogos sociais e da personalidade sobre a existência de disposições psicológicas consistentes e sua capacidade de provocar manifestações comportamentais nos sujeitos que os detêm. Dessa forma, ante aos compromissos assumidos pela Ética das Virtudes, o situacionismo surge como a principal objeção à teoria. Segundo John M. Doris (1998, 2002), as teses centrais do argumento situacionista dizem respeito à variação comportamental, a natureza dos traços e a organização dos traços na estrutura da personalidade, a saber:

- (a) As diferenças situacionais entre sujeitos são a grande razão das variações comportamentais e não suas diferenças disposicionais;
- (b) Traços robustos são empiricamente inadequados e incompatíveis com as melhores teorias científicas e a melhor evidência disponível; e
- (c) A estrutura da personalidade normalmente não é consistente em termos de avaliação.

A afirmação (a) nomeia o argumento situacionista e consiste na observação sistemática de que podemos ter uma previsão de variação comportamental mais confiável de um grupo numa situação específica, de modo que os integrantes do grupo tendem a demonstrar uma manifestação comportamental similar, sendo assim, as diferenças disposicionais não seriam individualizantes em termos comportamentais.

Os traços de caráter, como concebidos na Ética das Virtudes, são, por natureza, robustos; virtudes morais determinam o tipo de pessoa que o sujeito virtuoso é, logo, a robustez se trata de condição para posse das virtudes e pressupõe a capacidade de uma previsão confiável, quanto ao tipo de comportamento esperado de um sujeito virtuoso.

A afirmação (b) defende que as disposições podem ser individualizantes, sem, contudo, serem robustas. Um sujeito pode exibir um tipo de comportamento individualizante e ainda assim não ter consistência comportamental quando as situações variam. Por fim, (c) coloca em discussão a estrutura da personalidade ao indicar que disposições valorativas inconsistentes podem conviver em uma única personalidade, dessa forma, a personalidade

não seria valorativamente integrada, isso é, um mesmo sujeito pode atribuir *status* de importância (avaliativos) diferentes entre as situações relevantes para o traço de caráter, manifestando comportamentos dissemelhantes quando as situações variam.

Se a afirmativa (b) estiver correta, quanto à inexistência de traços duradouros ou à impossibilidade de verificar essa consistência, não há como pensarmos em virtudes morais na forma de virtudes aristotélicas, o que ratificaria a afirmação (a) de que são as diferenças situacionais que produzem algum efeito comportamental. Se estivermos inclinados a aceitar que a afirmativa (c) está correta, diremos que algo complexo como a personalidade não é capaz de comportar um tipo de disposição única, confirmando (b), e, de qualquer forma, assumindo que virtudes morais, se existem, não produzem efeitos no mundo.

3.1.1 Evidências situacionistas na ética das virtudes

As discussões dentro da Psicologia fizeram com que os situacionistas se engajassem na produção de uma ampla gama de experiências científicas, a fim de fundamentarem seu argumento contra a concepção de personalidade. Se o conceito de virtudes é de traços psicológicos profundos (traços de caráter robustos), então a possibilidade de existir virtudes morais que determinam o comportamento do sujeito virtuoso, como propõe a *Ética das Virtudes*, contribui para a possibilidade da existência de algo como a personalidade, e, em razão disso, os situacionistas passaram a adotar pesquisas com a finalidade de obter respostas combativas contra a existência de virtudes. Tais pesquisas foram realizadas a partir da observação analítica do comportamento humano em diversas situações, vejamos as mais relevantes no meio.

3.1.1.1 Experimento de Milgram

O experimento de obediência à autoridade de Stanley Milgram (1974) é a evidência situacionista mais constante na literatura. A proposta do experimento era observar até onde as pessoas podem ir para obedecer às ordens daqueles que consideram estar numa posição de superioridade em relação ao próprio indivíduo.

A todos os participantes era informado que o experimento se tratava de um teste da eficácia de uma estratégia de ensino, e, segundo a estratégia proposta, a aprendizagem seria mais eficaz quando houvesse punição para respostas incorretas.

Os participantes tipo A ficavam acompanhados por um pesquisador e eram

informados que, numa sala adjacente, havia um participante tipo B sentado numa máquina que tinha a capacidade de aplicar choques, começando por 15 (quinze) volts. Para testar a suposta teoria, os participantes tipo A deveriam administrar choques sempre que o participante tipo B respondesse incorretamente uma pergunta, e, na hipótese de sucessivas respostas incorretas, deveria acrescentar mais 15 (quinze) volts, aumentando a punição.

Na máquina, as voltagens eram classificadas em leve, moderada, forte, muito forte, intensa, intensidade extrema e perigo: choque severo - XXX. Na realidade, sem o conhecimento dos participantes tipo A, o participante tipo B se tratava de uma pessoa contratada pela equipe de pesquisa e não levaria choques de fato.

Dado início ao experimento, o participante tipo B passou a dar respostas incorretas, vindo os participantes tipo A a apertarem o botão de dar choque. As reações aos choques eram ouvidas pelos participantes tipo A através de alto-falantes e variavam de "Ai" nos níveis mais leves a gritos de dor e batidas na parede.

O objetivo era observar o nível de empatia ou de crueldade dos participantes tipo A em favor do participante tipo B, ao ouvirem os níveis de dor que seus choques estavam causando, assim como observar o nível de complacência desses participantes com os pesquisadores, a partir da continuidade do experimento. Quando os participantes A se recusavam a administrar o choque, o pesquisador lhe repetia uma frase de estímulo a fim de garantir a continuidade do teste, e, se essa não surtisse efeito, passava para a próxima, sendo estas (MILGRAM, 1974):

Estímulo 1: Por favor, continue;

Estímulo 2: O experimento requer que você continue;

Estímulo 3: É extremamente necessário que você continue; e

Estímulo 4: Você não tem outra escolha a não ser continuar.

Quando os choques chegavam a 330 (trezentos e trinta) volts, os sons nos alto-falantes cessavam, sendo possível presumir que o participante tipo B estava desacordado. Com o experimento, foi observado que 65% (sessenta e cinco por cento) dos participantes tipo A, ainda que não ouvissem mais os sons, e, conseqüentemente, não recebessem mais respostas às perguntas, continuaram aumentando a voltagem dos choques, chegando a 450 (quatrocentos e cinquenta) volts, assim como foi observado que todos os participantes continuaram até 330 (trezentos e trinta) volts.

Os situacionistas usam esse caso na *Ética das Virtudes* para ilustrar a raridade de algo como a virtude da compaixão. No entanto, é importante mencionar que, quando observados os sujeitos que não se sentiam bem em aplicar o “castigo”, podemos sugerir como hipótese

que eles estão em uma fase de desenvolvimento moral em que ainda são passíveis de *akrasia*, dessa forma, os resultados de tal estudo são compatíveis com a concepção de virtudes aristotélicas (ALFANO, 2013, p.41).

Pode-se dizer que os situacionistas também chamariam atenção para a ideia de que o comportamento dos participantes tipo A demonstra que as frases de estímulo foram os fatores determinantes para que dessem continuidade ao experimento, em prejuízo de outrem e, ainda, que contrário as suas próprias convicções, sendo assim, se deve concluir que o comportamentomoralmente relevante previsivelmente varia com a manipulação de variáveis situacionais moralmente irrelevantes, dessa forma, algo como virtude epistêmica da coragem moral é irrelevante.

Parece também razoável se julgar que numa hipótese em que seja apontada possível manipulação realizada através das frases de estímulo, um outro argumento dos situacionistas seria de que os participantes tipo A não foram capazes de avaliar a situação de forma a refletir sobre seus papéis como executores da punição, podendo, dentro das competências da função e de suas possibilidades reais, por fim imediato ao castigo, sendo que os 35% (trinta e cinco por cento) que não deram continuidade ao experimento em sua totalidade, o interromperam tão somente pelo surgimento do sentimento de culpa, logo, se conclui que não existe algo como a virtude moral da magnificência.

3.1.1.2 Experimento de Darley e Batson

O experimento de John Darley e Daniel Batson (1973) faz parte de um estudo sobre disposições para prestar auxílio e tem como título "*From Jerusalem to Jericho*": a study of situational and dispositional variables in helping behavior, tendo sido publicado no *Journal of Personality and Social Psychology*, da Associação Americana de Psicologia. É popularmente conhecido como “o experimento do bom samaritano”, em homenagem à parábola bíblica de mesmo nome, cujo tema central está voltado ao ato de parar e prestar auxílio aos que necessitam. O experimento fora concebido no intuito de testar três hipóteses:

- (1) Pessoas imersas em religião se sentem menos persuadidas a prestar auxílio ao próximo do que pessoas que não possuem religião como foco;
- (2) Pessoas que estão com pressa ficam menos propensas a prestar auxílio ou manifestar uma disposição comportamental de auxílio; e
- (3) Pessoas que se voltam para a religião na tentativa de compreender o significado da vida e obter imersão espiritual são mais propensas a prestar auxílio do que pessoas que

buscam a religião apenas para ganhos pessoais.

Para tanto, contrataram um ator e selecionaram cerca de 70 (setenta) estudantes do curso de Teologia da Universidade de Princeton que, inicialmente, preencheram um formulário sobre seus credos e sua filiação religiosa e depois foram colocados numa sala para assistirem uma palestra sobre a parábola do bom samaritano.

Um tempo depois, foram informados de que precisariam se deslocar para o prédio ao lado, sendo dada aos estudantes tipo X a informação de que eles estariam muito atrasados para fazer suas apresentações, sendo necessário que fossem imediatamente para o local da palestra. Para os estudantes tipo Y, foi dada a informação de que eles tinham pouco tempo para completar o percurso e que tinham que se dirigir imediatamente ao outro prédio, enquanto que aos estudantes tipo Z, fora dito que teriam tempo suficiente para chegar ao local da palestra e que talvez fosse necessário aguardar alguns minutos no local, antes de serem chamados para realizar suas apresentações.

No percurso para o outro prédio, se encontrava o ator contratado deitado no chão, semi-inconsciente e evidentemente necessitando de algum auxílio, se registrando se os participantes, por uma disposição de caráter ou inspirados na parábola do bom samaritano, ofereceriam auxílio ao ator. No final do experimento, foi observado que 60% dos estudantes que foram apressados (X e Y) passaram pelo ator sem prestar qualquer auxílio, mesmo posteriormente à leitura da parábola, inclusive, em alguns casos, chegaram a tropeçar ou pisar no ator, enquanto que apenas 10% pararam e o auxiliaram. Com relação aos estudantes que não foram apressados (Z), 63% ofereceram auxílio ao ator.

Em razão dos resultados, os situacionistas tendem a apontar que a situação determinou a reação dos estudantes, de modo que aqueles que sofreram influência do elemento “pressa” tiveram suas manifestações comportamentais conduzidas pela pressão sofrida, e, desse modo, concluem que não existem virtudes morais como compaixão, gentileza e magnanimidade.

3.1.1.3 Experimento de Isen e Levin

O experimento da cabine telefônica de Alice Isen e Paula Levin (1972) faz parte dos estudos sobre os efeitos de se sentir bem prestando auxílio, tendo sido publicado no *Journal of Personality and Social Psychology*, da Associação Americana de Psicologia e tem como título “*Effect of feeling good on helping: cookies and kindness*”.

O objetivo do experimento foi determinar se as pessoas possuem uma maior tendência

a prestar auxílio não solicitado, após a indução de bons sentimentos (bom humor), sem que o indutor desses bons sentimentos seja diretamente a pessoa a ser auxiliada. Para tanto, foram utilizadas cabines telefônicas montadas em shoppings dos estados da Califórnia e Pensilvânia, tendo participado um ator contratado e 41 (quarenta e uma) pessoas adultas que fizeram uso das cabines para ligações, sendo 24 (vinte e quatro) do sexo feminino e 17 (dezessete) do sexo masculino, se contabilizando apenas aqueles que estavam sozinhos e sem sacolas nas mãos.

O experimento consistia em um pesquisador entrar na cabine telefônica e supostamente fazer uso do telefone, no entanto, antes de sair, na metade dos casos, deixava uma moeda no *slot* que serviria para pagar as ligações. A descoberta inesperada da moeda foi tomada como possível modificador de humor, logo, existiam dois grupos: o experimental, formado por aqueles que receberam o modificador de humor, e o de controle, formado por aqueles que não receberam.

Quando os participantes saíam da cabine, o ator contratado surgia e simulava deixar cair uma pasta cheia de papéis no caminho do participante, pelo que, se esperava que os participantes prestassem auxílio para apanhar os papéis. Dentre as participantes do gênero feminino, 8 (oito) fizeram parte do grupo experimental e 16 (dezesseis) do grupo de controle, enquanto que do masculino, 8 (oito) fizeram parte do grupo experimental e 9 (nove) do grupo de controle.

Os resultados indicaram que no grupo formado por mulheres, apenas as que receberam o modificador de humor prestaram auxílio, enquanto que no grupo formado por homens, apenas 7 (sete) participantes prestaram auxílio, sendo 1 (um) do grupo de controle e 6 (seis) do grupo experimental. Em razão dos resultados encontrados, os situacionistas tendem a apontar que o bom sentimento alcançado pelo modificador de humor foi o que levou os participantes a prestarem auxílio, não a existência de algum tipo de disposição estável³⁴.

3.2 Situacionismo na EV

Viu-se que parte do conceito de virtude intelectual é justamente o de um traço psicológico profundo, característico da personalidade de um agente. Virtudes intelectuais, portanto, independentemente de seu aspecto valorativo, obviamente se referem a um

³⁴O estudo de Isen e Levin (1972) foi trazido para o presente trabalho em razão de sua notoriedade, no entanto, merece ser mencionado que, em tentativas posteriores (WEYANT & CLARK, 1976), os resultados desse estudo não puderam ser replicados.

fenômeno supostamente real: traços psicológicos duradouros e determinantes causais do comportamento intelectual de seus possuidores, sendo, em razão disso, traços motivadores globais que não demandam qualificações, se apresentando sempre que as condições necessárias para a virtude se configuram.

De acordo com diversos epistemólogos da virtude (ZAGZEBSKI, 1996; FAIRWEATHER e ZAGZEBSKI, 2001; MILLER, 2014; BAEHR, 2017), existe uma grande semelhança na estrutura das virtudes morais e das virtudes intelectuais, de modo que essas não devem ser tratadas como um tipo diferente de virtudes, mas, como facetas ou formas de virtude e moral.

O comprometimento de sua normatividade com algumas espécies de disposições desejáveis que constituem as virtudes intelectuais demonstra que a epistemologia das virtudes, em especial, a abordagem responsabilista, assume o mesmo tipo de psicologia da ética das virtudes, tratando questões como a definição de conhecimento e suas fontes fundamentais, em termos de atos de virtudes intelectuais (ZAGZEBSKI, 1996), presumindo certa capacidade em responder com sucesso o ceticismo.

Dada a afirmação situacionista de que os indivíduos possuem grande sensibilidade às influências situacionais epistemicamente irrelevantes e que, em razão disso, não existem coisas, como elementos psicológicos efetivos para causar e guiar nosso comportamento intelectual, os chamados “traços de caráter intelectual”, bem como que a psicologia pressuposta, não apenas não é suportada pela evidência empírica disponível na psicologia cognitiva e social, como essa evidência aponta uma perspectiva num sentido contrário; o ceticismo se aproxima, logo, o situacionismo também representa um desafio à abordagem responsabilista da EV.

Se for aceita a definição de conhecimento dada por Zagzebski (1996), em que esse seria o contato cognitivo com a realidade decorrente de atos de virtude intelectual, então, necessariamente, deve-se adotar que a epistemologia, como idealizada pelos responsabilistas, é naturalista no sentido aristotélico³⁵, que é preocupada com questões tradicionais, como responder ao ceticismo (OLIN; DORIS, 2014), e que faz afirmações empíricas, como: virtudes intelectuais existem; conhecimento requer a manifestação de uma virtude ou a investigação motivada em que um indivíduo virtuoso se envolveria (KING, 2014); e o comportamento intelectual do indivíduo é determinado em razão de suas virtudes

³⁵Não reduz as propriedades avaliativas epistêmicas a propriedades naturais, apenas contando como virtude moral ou epistêmica a maneira como os seres humanos são construídos pela natureza (FAIRWEATHER; ZAGZEBSKI, 2001, p. 5).

intelectuais.

Na medida em que não existem traços psicológicos aptos a serem chamados de virtudes, as crenças verdadeiras que eles possam produzir não estarão aptas a serem chamadas de conhecimento, demandando uma resposta empírica. Mark Alfano (2012; 2013; 2017) formula o problema como uma tríade inconsistente em que a epistemologia das virtudes responsabilista não pode manter os três pontos simultaneamente e ser empiricamente adequada, a saber:

- (a) (Não-ceticismo) a maioria das pessoas sabe um pouco;
- (b) (Responsabilismo clássico) Conhecimento é a crença verdadeira adquirida e retida por meio da virtude intelectual responsabilista; e
- (c) (Situacionismo epistêmico) Os traços intelectuais conativos da maioria das pessoas não são virtuosos porque elas são altamente sensíveis a influências situacionais aparentemente triviais e epistemicamente irrelevantes.

O intuito dessa tríade é forçar o responsabilista a reconhecer a impossibilidade de manter uma posição não-cética, ao mesmo tempo que deve reconhecer o que a evidência empírica mostra a respeito da robustez de virtudes intelectuais. Se as pessoas, em sua maioria, não são virtuosas, então não existem crenças verdadeiras que sejam resultado de virtudes intelectuais (ou essas são muito raras) e, conseqüentemente, não há conhecimento (ou ele é raro).

Como um responsabilista poderia rejeitar essa tríade? Negar (a) seria, dentre outras opções, uma forma de rejeição de naturalismo epistêmico moderado, pois esse assume, de antemão, a existência de conhecimento. Rejeitar (b) parece uma estratégia mais promissora, pois poucos responsabilistas definem conhecimento de forma que o condiciona à posse de virtudes intelectuais.

De fato, a definição de Zagzebski (1996) não exige a posse de virtudes para conhecimento, mas, tão somente uma motivação virtuosa. O sujeito epistêmico, quando colocado nas mesmas circunstâncias que uma pessoa virtuosa, precisaria apenas agir caracteristicamente como de posse da virtude e lograr êxito em razão das características de seu ato. Um ato virtuoso de mente aberta, por exemplo, significa agir como alguém que tivesse a virtude da mente aberta agiria.

Essa estratégia tem o intuito de manter (b) como receptivo e adequado para afirmar (a), no entanto, não vai muito longe em salvar o responsabilismo, diferentemente do que se persegue no responsabilismo: traços motivadores tendem a ser locais.

Manter (c), de qualquer maneira, implica negar a posse de todos os bens epistêmicos que responsabilistas acreditam ser benéficos para um agente virtuoso (ou dizer que esses seriam muito raros). Mesmo que o conhecimento não requeira virtudes intelectuais, negar a existência de virtudes ou defender que essas são muito raras significa esvaziar essa abordagem da atratividade envolvida na posse de virtudes intelectuais, assim como sua força normativa.

Por que deveríamos tentar ser como pessoas virtuosas se essas são tão raras, se virtudes são difíceis de se adquirir e se elas sequer são necessárias para a aquisição de conhecimento? Uma rejeição convincente de (c) seria a resposta mais desejável para um responsabilista. Rejeitar convincentemente demanda dos responsabilistas que se afastem de respostas *a priori* e busquem evidências nas ciências naturais, o que, no momento, não parece algo de fácil cumprimento, haja vista a ampla quantidade de estudos e experimentos que os situacionistas possuem em seu favor.

3.2.1 Evidências situacionistas na EV

Os esforços dos situacionistas na construção de evidências são majoritariamente empenhados contra a ética das virtudes, sendo assim, foram feitas pequenas adaptações para que se possa observar como essas evidências também podem afetar a EV responsabilista.

3.2.1.1 Experimento de Isen, Daubman e Nowicki

O experimento dos efeitos da positividade (ISEN; DAUBMAN; NOWICK, 1987) partiu da ideia de que de duas partes, com o objetivo de observar o comportamento dos indivíduos, quando previamente atribuem uma função a um objeto. Na primeira parte, os participantes deveriam fixar uma vela na parede de uma forma que, quando a acendessem, nenhuma cera pingasse no chão.

Para isso, receberam uma caixa de fósforos, uma de tachinhas cheia e uma vela, concluindo satisfatoriamente aqueles que tirassem as taxas da caixa, prendessem a caixa na parede e, em seguida, colocassem a vela na posição vertical da caixa. Nessa parte do experimento, apenas 13% (treze por cento) dos participantes conseguiram concluí-lo satisfatoriamente, havendo o aumento da taxa de conclusão para 83% (oitenta e três por cento) apenas quando as tachinhas foram apresentadas fora da caixa, ficando mais clara a solução

do problema.

Na segunda parte, um outro grupo de participantes recebeu um "intensificador de humor" na forma de uma pequena sacola de doces ou poucos minutos de um filme de comédia antes de ser pedido que solucionem uma versão mais difícil do problema. No resultado final, foi constatado que, apesar de ser uma versão mais difícil, 75% (setenta e cinco por cento) dos participantes concluíram o experimento satisfatoriamente.

Com base nos resultados, os situacionistas tendem a alegar que a maioria das pessoas não possui flexibilidade intelectual, uma vez que apenas conseguiu concluir satisfatoriamente o problema quando a solução estava mais clara, e, através da segunda parte, sustentam que um ato condicionado à existência de intensificadores de humor, para conclusão satisfatória de atividades relevantes para a virtude, indica a ausência de tal virtude, pois é esse intensificador de humor, que se trata de uma condição controlada do experimento, que se mostra causalmente relevante para a solução do problema.

3.2.1.2 Experimento de Glucksberg

Uma outra versão do problema da vela de Duncker foi realizada pelo psicólogo Sam Glucksberg (1962) e é intitulada de Teste dos Incentivos. Nela, o objetivo era analisar o desempenho dos indivíduos quando se sentiam pressionados. Para tanto, fez uso de dois grupos de participantes para resolver o problema individualmente, sendo que ambos os grupos também receberam uma caixa de fósforos, uma caixa de tachinhas cheia e uma vela, também concluindo satisfatoriamente aqueles que tirassem as tachinhas da caixa, prendessem a caixa na parede e, em seguida, colocassem a vela na posição vertical da caixa.

Além dos objetos, o primeiro grupo recebeu a informação de que seria cronometrado, enquanto que o segundo grupo, recebeu a informação de que os 25 (vinte e cinco) mais rápidos a concluírem o problema seriam recompensados com o pagamento de 5 (cinco) dólares. O resultado demonstrou que o grupo sem recompensas resolveu o problema 3 (três) minutos e meio mais rápido que o grupo com recompensas.

Na segunda parte do experimento, foram montados dois novos grupos com os mesmos objetos e as mesmas informações dadas aos anteriores, no entanto, as tachinhas estavam fora da caixa. Ao final, se observou que quando a solução estava mais clara, o grupo com recompensas foi muito mais rápido que o grupo sem recompensas.

Com base nos resultados, os situacionistas sustentam que está evidenciada a sensibilidade das pessoas a influências situacionais epistemicamente irrelevantes, uma vez

que o comportamento dos indivíduos foi conduzido pela pressão sofrida.

3.2.1.3 Experimento de Asch

O experimento das linhas de Asch (1951) se trata de uma série de pesquisas realizadas com o objetivo de analisar a influência do grupo nas ações do indivíduo. No experimento, 8 (oito) participantes deveriam observar os vários conjuntos de linhas para posteriormente identificar os comprimentos relativos às linhas. Dentre os participantes, 7 (sete) eram contratados pelos pesquisadores para responder incorretamente, quanto aos comprimentos das linhas, sendo observado que aquele não-contratado, apesar da clareza a olho nu, quanto aos comprimentos das linhas, tendia a concordar com o grupo.

Ao final do experimento, o resultado foi de que 1/3 (um terço) dos participantes não-contratados registrava concordância com o grupo com mais frequência, de 50% (cinquenta por cento) a 80% (oitenta por cento) concordava com o grupo pelo menos uma vez e apenas 1/4 (um quarto) se recusava a concordar.

Através da continuidade das pesquisas sobre conformidade com o grupo (ASCH, 1951) no mesmo experimento, foi observado que existe uma grande aceitação da ideia de que os participantes, na verdade, não desacreditam da evidência de seus sentidos, apenas não estão dispostos a sustentar o que acreditam. Ademais, também foi observado que a pressão do grupo desaparece quando o tamanho do grupo de discordantes é pequeno ou a discordância não é unânime.

Situacionistas entendem que esse resultado corrobora com a alegação de que algo como “virtude epistêmica da coragem intelectual” é irrelevante quanto a determinação da conduta do sujeito.

3.2.1.4 A dificuldade de medição

Os Cinco Grandes (*Big Five*) é o modelo mais proeminente na literatura como metodologia de avaliação e interpretação de traços de personalidade e consiste na ideia de que as pessoas possuem cinco grandes dimensões básicas da personalidade, se distinguindo entre si, em razão das diferenças de suas avaliações em cada uma dessas dimensões que, por sua vez, se subdividem em facetas.

Na literatura dominante, as cinco dimensões são referidas como: abertura à experiência, amabilidade, conscienciosidade, extroversão e neuroticismo, sendo que o

número de facetas é indeterminado e dependente do modelo adotado pelo pesquisador em questão (MILLER, 2014). A existência de cinco grandes dimensões da personalidade e suas mais variadas facetas pressupõe a existência de traços de caráter e por isso, à primeira vista, se demonstra como um aliado ao responsabilista da virtude. Se sujeitos epistêmicos possuem personalidade e a diferença entre eles ocorre em razão das variações das cinco dimensões, de modo que esses são possuidores ou não de características mais específicas dentro de suas facetas, significa não apenas dizer que traços profundos e duradouros existem e seus possuidores têm certos padrões de pensamento e comportamento, mas, que sua existência e feitos podem ser provados através de análises fatoriais, isso é, da evidência empírica.

Miller (2014), no intuito de verificar se os Cinco Grandes são, de fato, capazes de fornecer suporte empírico para a posse generalizada das virtudes morais e epistêmicas tradicionais, fez uma análise geral da abordagem na psicologia da personalidade e, com base em três preocupações, defendeu a ideia de que tal abordagem não é capaz de oferecer qualquer suporte para se pensar que a maioria dos sujeitos epistêmicos é de fato pessoas virtuosas, vejamos as preocupações:

- Primeira preocupação: os Cinco Grandes traços são apenas rótulos vagos de descrição

Com base nessa preocupação, os Cinco Grandes e suas facetas não podem ser enxergados como detentores de poderes causais ou possuindo um papel psicológico explicativo, mas, tão somente, como rótulos vagos de descrição dos sujeitos epistêmicos.

Isso se dá, porque é perfeitamente possível classificar sujeitos com base em seus padrões médios ou gerais de pensamento e comportamento, no entanto, no entender de Miller (2014), não necessariamente, isso implica dizer que esses sujeitos possuem traços reais.

O método avaliativo dos Cinco Grandes consiste em observar as respostas dos sujeitos aos itens de um questionário que tem, como objetivo, localizá-lo nas mais variadas facetas, no entanto, falha em fornecer informações suficientes e adequadas para avaliar se os sujeitos possuem ou não virtudes, uma vez que tais questões não são consideravelmente extensas para verificar a posse das virtudes, não preveem com segurança o comportamento dos sujeitos, não conseguem abarcar suas motivações nem elucidar as relações entre as disposições do sujeito para formar crenças e desejos e quais disposições seriam essas.

- Segunda preocupação: problemas para o principal modelo de traço causal dos Cinco Grandes

A ideia dos Cinco Grandes como apenas rótulos vagos de descrição tem uma grande corrente contrária: a Teoria dos Cinco Fatores (TCF) foi desenvolvida por McCrae e Costa (2003) com o intuito de dar uma explicação teórica capaz de abarcar a relação entre diferentes variáveis e a personalidade. Em sua concepção, os traços de personalidade fazem parte do código genético dos seres humanos e representam uma tendência básica que passa por adaptações características, isso é, reagem ao ambiente com o passar do tempo e, assim sendo, pode-se dizer que todas as pessoas possuem pelo menos um grau de virtude.

Segundo Miller (2014), existem duas possibilidades para se entender um traço real para McCrae e Costa: a primeira seria de que Os Cinco Grandes e suas facetas seriam traços psicológicos primitivos e que não consistem em disposições para formar estados mentais, tendo sua própria existência metafísica; enquanto que a segunda, que os traços são propriedades disposicionais que são fundamentadas em disposições de estados mentais causais para formar “motivos, hábitos, atitudes” e semelhantes.

A primeira possibilidade demonstra grande circularidade, uma vez que os padrões de pensamento e comportamento caracterizariam os traços reais e esses mesmos padrões de pensamentos e comportamento seriam explicados por essas características, bem como parecem ser redundantes, haja vista que postulam algo separado que faz o mesmo trabalho causal de disposições específicas para formar crenças e desejos.

A segunda, desvia da circularidade, mas se demonstra empiricamente inadequada em razão de não haver na psicologia da personalidade evidências de que sujeitos possuem disposições para formar crenças e desejos de um tipo virtuoso.

Na prática, a teoria de McCrae e Costa (2003), através do resultado de padrões dos dados de pesquisa, encontra e rotula um fator e posteriormente o explica como um suposto traço real que o sujeito possui. Ocorre que isso pouco esclarece sobre os processos psicológicos reais que acontecem na mente dos sujeitos e sua organização psicológica.

- Terceira preocupação: os Cinco Grandes e a responsabilidade

Para Miller (2014), se adotarmos que os Cinco Grandes são suficientes para caracterizar o funcionamento da personalidade ou que fornecem uma boa resposta e representam a questão da estrutura da personalidade, então, na realidade, apresenta-se um

novo desafio aos éticos aristotélicos e responsabilistas da virtude.

Isso acontece, porque, como já indicado, os traços de caráter são vistos por esses como traços psicológicos profundos e efetivos em causar e guiar nosso comportamento, são o que fundamentam o comportamento, não meros rótulos para os padrões de comportamento.

Se a Teoria Dos Cinco Fatores for aceita, então será adotado que os traços de personalidade são intrínsecos aos seres humanos e que não há qualquer responsabilidade morale epistêmica em sua aquisição e manutenção; dessa forma, se pode concluir que os Cinco Grandes se demonstram insuficientes para dar suporte empírico tanto à ética das virtudes como à EV.

3.3 Contra-argumentos dos epistemólogos da virtude

Nathan King (2014), ao analisar o problema do situacionismo sob a perspectiva do modelo da tríade inconsistente de Mark Alfano (2012; 2017), observa que seus argumentos contra a abordagem responsabilista da epistemologia das virtudes giram em torno da plausibilidade do argumento situacionista, de modo que para este, devemos lançar mão do responsabilismo clássico ante a necessidade de manter uma posição não-cética e da sustentação empírica do situacionismo, concluindo pela incompatibilidade de uma conjunção do situacionismo e do não-ceticismo com o responsabilismo clássico.

Em defesa do responsabilismo clássico, King (2014) aponta que o argumento contido na tríade não ataca a versão do responsabilismo defendida por Zagzebski (1996), uma vez que adota sua própria interpretação da definição de conhecimento daquela. A tríade inconsistente supostamente evidencia que a maioria das pessoas não possuem virtudes intelectuais ou que, se possuem características similares, ficam aquém da excelência pregada pelos responsabilistas. Ocorre que a evidência indicada para invalidar o responsabilismo clássico dá sua própria interpretação à definição dada por Zagzebski, entendendo conhecimento como um estado de crença verdadeira que surge de atos de virtude intelectual, praticados por agentes de posse da virtude, o que diverge da definição original.

Como já mencionado, Zagzebski define conhecimento como um estado de crença verdadeira que surge de atos de virtude intelectual, não exigindo do agente que tenha posse da virtude, mas, tão somente, que esteja motivado pela virtude, que aja caracteristicamente conforme uma pessoa virtuosa agiria e que seja bem-sucedido em razão das características de seu ato, de modo que seu comprometimento assuma motivação como uma disposição para ser movido por um fim epistêmico que não precisa ser explícita ou consciente. Desse modo,

os experimentos situacionistas não estão aptos a invalidar o responsabilismo clássico, uma vez que esse não exige a posse das virtudes, bem como que até mesmo aqueles que não lograram êxito, ao tentar resolver os problemas relevantes, demonstram um tipo de manifestação de motivação epistêmica necessária para obtenção de conhecimento.

James Montmarquet (2017), também avaliando a tríade inconsistente, focou seus esforços contra o argumento de Alfano (2013) de que virtudes abrangentes podem falhar em sua condição de confiabilidade e que traços locais são altamente comprometidos em sua admirabilidade. Para tanto, elaborou três respostas:

- Primeira resposta: o gênio excêntrico

Se as estimativas, quanto ao nível de posse de virtude intelectual dos sujeitos epistêmicos, são normalmente mais elevadas do que de fato esses sujeitos possuem, isso possivelmente não é um problema em termos de admirabilidade. Segundo Montmarquet (2017), admira-se o agente virtuoso no momento que ele está pronto, disposto e capaz de agir virtuosamente. Ninguém negaria a genialidade do pianista Glenn Gould nem o consideraria um pianista inferior por não conseguir tocar numa sala um grau mais frio que a solicitada por ele, a que, se deve concentrar o interesse nos momentos em que a manifestação da virtude é mais necessária.

- Segunda resposta: as virtudes responsabilistas como “*a priori*”

Como defesa da objeção de que se tem menos razões para distinguir as verdades conduzidas pelas virtudes intelectuais das outras verdades, quando são recortadas e coladas, numa tentativa de adequação aos resultados empíricos, Montmarquet (2017) aponta que a busca de forma responsável pela verdade tem como condição necessária a posse de virtudes intelectuais no mais alto nível cognitivo, e, o *status* de qualidade dessas virtudes, como epistêmicas, deve ser considerado *a priori*, não se sujeitando à dependência de evidência empírica.

- Terceira resposta: por que e como as virtudes responsabilistas precisam ser situacionais

A terceira resposta se inicia numa negação de possibilidade da resposta anterior, uma vez que pensando como um situacionista, Montmarquet (2017) chega ao entendimento de que, seja qual for a situação dada, se as virtudes responsabilistas ou algum intensificador de humor (fator situacional) está realizando trabalhos motivacionais relevantes, então há necessidade

de comprovação empírica permanece.

Fazendo uso do experimento de pensamento de Clifford (2010), o autor pede para que o leitor imagine uma situação em que um armador se empenha em deixar o que sabe ou deveria saber sobre as más condições de seu navio, se convencendo de que esse se encontra em boas condições para, ao menos, mais uma viagem e que é perfeitamente capaz de realizar o percurso, de modo que permanece seguro até que, mais tarde, seu navio afunda e todos morrem no mar. Analisando o caso, Montmarquet, inicialmente, aponta para a irrelevância, no caso em questão, das outras situações em que o armador foi bem-sucedido, uma vez que ele pode apenas ter pouca resistência às tendências do pensamento positivo. É perfeitamente plausível que o beneficiamento financeiro tenha sido a causa de sua irresponsabilidade epistêmica.

Numa outra perspectiva, o autor solicita que o leitor suponha que o armador esteja de muito bom humor, o que é capaz de fazê-lo resistir às tentações do pensamento positivo, de modo que ele consegue avaliar corretamente o estado de navegabilidade do navio. Pode-se concluir que o bom humor foi o fator decisivo para fazer com que o armador fosse responsável em sua avaliação, não as virtudes.

Se há razões para se crer, no primeiro caso, que a ganância foi motivadora da irresponsabilidade epistêmica do armador, então, existem motivos para crer que, no segundo caso, o bom humor foi motivador da responsabilidade epistêmica, sendo assim, os fatores situacionais agem como motivadores e tornam mais fáceis ou mais difíceis o cumprimento das responsabilidades epistêmicas dos sujeitos.

Dessa forma, qualquer avaliação de responsabilidade epistêmica tem o dever de considerar todos os tipos de fatores situacionais, de acordo com o modo que se relacionam às situações e, ao fazermos essa consideração, as avaliações serão unicamente do ato, na situação isolada, nessa medida, para Montmarquet (2017, p. 87), “somos todos situacionistas”.

Um outro contra-argumento recente foi elaborado por Jason Baehr (2017) e teve como base uma análise das conclusões situacionistas obtidas através do experimento das linhas de Asch e do experimento do problema das velas de Duncker.

Nele, se aponta que os experimentos são insuficientes para concluir pela inexistência (ou irrelevância) de virtudes intelectuais e que o único argumento promissor ao situacionismo que pode ser extraído dos resultados é que as virtudes intelectuais são raras, visto que um número não desprezível de participantes chegou ao resultado esperado, sem qualquer estímulo ou preparação motivacional, o que autoriza pensar que ao menos algumas pessoas possuem virtudes intelectuais.

Aqui, seu argumento é que os situacionistas quase sempre ignoram a possibilidade de existência de níveis e graus de virtude a serem inferidos pela constância do engajamento do sujeito em atividades e contextos relevantes para a virtude em questão, no entanto, suas próprias evidências, a exemplo dos experimentos mencionados, sugerem essa possibilidade.

A ideia é que, até mesmo os participantes que não concluíram na forma esperada ou concluíram posteriormente a terem tido informações que tornavam o problema mais fácil, podem simplesmente ter manifestado um nível menor dessas virtudes, enquanto que aqueles que concluíram os experimentos satisfatoriamente, demonstraram um nível maior, acusando os situacionistas de serem omissos quanto aos outros níveis de manifestação da mesma virtude, apontando a ausência de importância dos bens epistêmicos nas tarefas particulares atribuídas aos participantes e afirmando que os experimentos não são capazes de demonstrar que os “intensificadores de humor”, por si mesmos, são a razão da atividade intelectual, sendo mais plausível que esses estimulem um mecanismo motivacional preexistente.

Ademais, a busca pelo conhecimento verdadeiro em campos científicos, morais, filosóficos instintivamente importa num procedimento em que o agente deve ser ou estar apto a atingir o sucesso e isso parece ser melhor explicado pela prática e atos de virtude como honestidade intelectual, curiosidade intelectual e por traços de caráter como atenção, meticulosidade e paciência.

Baehr (2011) sugere três casos em que os sujeitos epistêmicos alcançam a verdade em razão de exibirem traços de caráter:

(1) Um biólogo de campo está tentando explicar uma mudança nos padrões de migração de algumas espécies de aves ameaçadas de extinção. Coletar e analisar os dados relevantes é um trabalho tedioso e requer atenção especial aos detalhes. O biólogo está empenhado em descobrir a verdade e por isso passa longas horas no campo coletando dados. Ele permanece focado e determinado diante de vários obstáculos e distrações (por exemplo, evidências conflitantes, bloqueios burocráticos, intempéries, tédio, etc.). Ele pega detalhes importantes em relatórios ambientais e faz discriminações aguçadas sobre a composição e trajetória de vários bandos observados. Como resultado de sua determinação e métodos de investigação cuidadosos e perspicazes, ele descobre por que os pássaros alteraram seu curso (BAEHR, 2011, p.53, tradução nossa);

(2) Um repórter investigativo está pesquisando uma matéria sobre crime corporativo e começa a descobrir evidências indicando que alguns dos perpetradores são executivos da própria corporação proprietária de seu jornal. O repórter acredita que ele e seus leitores têm o direito de saber sobre os crimes, então ele persiste na investigação, reconhecendo que isso pode lhe custar seu emprego, e talvez mais. Destemido até mesmo por ameaças pessoais, o repórter prossegue com sua investigação. Após vários meses de trabalho intelectual rigoroso, ele descobre e expõe os crimes dos executivos (BAEHR, 2011, p. 54, tradução nossa); e

(3) Uma historiadora conquistou reconhecimento e elogios internacionais por um livro em que defende uma certa visão de como a fé religiosa de um dos “pais fundadores” da América influenciou sua política. Ao pesquisar seu próximo livro, a historiadora se depara com algumas cartas pessoais até então não examinadas

dessa figura que contradizem abertamente seu próprio relato de sua teologia e seus efeitos em seu pensamento e comportamento político. Ela não ignora ou suprime as cartas, mas as examina de maneira justa e completa. Por estar mais interessada em acreditar e escrever o que é verdade do que em receber elogios de seus colegas e leitores, ela aceita as implicações desses novos dados para seu trabalho publicado anteriormente e passa a repudiar as partes relevantes dele., tanto de forma privada quanto impressa (BAEHR, 2011, p. 54, tradução nossa).

Ambos os casos seriam demonstrações de sucesso de aquisição de crenças verdadeiras através da prática de atos de virtudes de caráter intelectual, como coragem intelectual, curiosidade intelectual, mente aberta, honestidade intelectual e humildade intelectual, de modo que parece haver um tipo de intuição, quanto à existência de virtudes de caráter intelectual, que preconizam a necessidade de que esses traços de caráter existam.

3.3.1 Uma análise sobre os contra-argumentos

Adotamos que para ser passível de naturalização, o responsabilismo num sentido zagzebskiano deve satisfazer os três critérios de NM. A EV responsabilista não só cumpre o critério (1) quanto a ser normativa como parece ter alguma vantagem sobre teorias que focam a sua avaliação na crença do agente a partir da sua justificação, uma vez que tem sua dimensão normativa associada a uma avaliação do desenvolvimento e do caráter intelectual do agente que se considerado virtuoso, é digno de ser admirável. O componente de admirabilidade associado à posse de virtudes intelectuais parece ser o aspecto avaliativo do conceito de virtude e sendo, representa um problema ao cumprimento do critério (2), uma vez que não parece ser possível a redução a termos não-epistêmicos. Partindo da ideia de que talvez uma possibilidade de adequação ao critério (2) seja pensarmos na admirabilidade como sendo derivada dos bens epistêmicos produzidos por ela³⁶, assim, seria possível darmos uma explicação redutivista e não-avaliativa, o que faria com que o responsabilismo pudesse cumprir (2).

O último critério do NM é talvez o maior problema para a EV responsabilista, e, se não for, ao menos é o que tem produzido mais debates. Se a EV responsabilista pressupõe afirmações empíricas como: “conhecimento requer a manifestação de uma virtude ou a investigação motivada em que um indivíduo virtuoso se envolveria” e “o comportamento intelectual do indivíduo é determinado em razão de suas virtudes intelectuais”, uma teoria que indica uma inadequação empírica e vem embasada em experimentos deve ser enfrentada,

³⁶ Uma tentativa similar foi realizada por Julia Driver (2001).

sob pena de não ser considerada apta a cumprir o critério (3) do NM.

Como visto, sob jugo da tríade inconsistente de Alfano (2012), uma resposta positiva da EV responsabilista seria rejeitar convincentemente o situacionismo epistêmico (c) a partir de evidências nas ciências naturais, no entanto, esse não parece ser o ponto de partida inicial dos responsabilistas.

No seu contra-argumento a favor do responsabilismo, Nathan King (2014) busca demonstrar uma inaplicabilidade da tríade inconsistente ao projeto responsabilista zagzebskiano, indicando que não se pode deduzir que a ausência da posse de virtudes intelectuais responsabilistas de um modo geral implica na impossibilidade de se ter conhecimento, uma vez que o responsabilismo zagzebskiano não exige a posse da virtude para termos conhecimento, podendo o agente apenas agir caracteristicamente conforme uma pessoavirtuosa agiria e ser bem-sucedido em razão das motivações de seu ato.

A essa indicação, Alfano (2016) respondeu que a ameaça ceticista persiste ainda que a definição zagzebskiana de conhecimento seja mais simples que versões confiabilistas (SOSA, 2015), visto que se a maioria das pessoas não possuem virtudes intelectuais e conhecimento surge de atos dessas virtudes, inevitavelmente os responsabilistas terão de conceber virtudes intelectuais como globais, o que significaria apenas uma negação categórica de (c), ou, terão de indicar que as pessoas formulam crenças a partir de uma constituição cognitiva que pode sersensível ou insensível aos seus estados emocionais, o que não parece uma boa ideia, vez que envolve sorte epistêmica, já que nem todas as pessoas tem esse controle.

Alfano (2016) aponta que um terceiro argumento pode ser dado pelos responsabilistas, a saber: as pessoas tendem a rotineiramente realizar atos de virtude intelectual, independente de não estão estarem informadas de quais condições são apropriadas para essas virtudes intelectuais ou se tais virtudes não são globais, *i.e.*, ainda que as pessoas não possuam virtudes intelectuais, tendem a fazer atos de virtudes intelectuais pelas mesmas razões de uma pessoa que tem a posse da virtude, no entanto, isso não explicaria como as pessoas tendem a ter motivações virtuosas sem a presença de virtudes globais.

O argumento de King (2014) não se dispõe a indicar as razões e os porquês dos métodos, implicações, previsões e pressupostos empíricos do responsabilismo serem corretos empiricamente, se limitando a apontar uma impossibilidade de julgamento pela tríade, o que não o torna adequado para vir a ser uma resposta apropriada nos termos do critério (3).

Montmarquet (2017) se dispõe a responder a afirmação situacionista de que virtudes intelectuais são finamente individualizadas por suas motivações características e por

influências situacionais triviais e epistemicamente irrelevantes, *e.g.*, exibir a virtude da coragem intelectual enquanto se está de bom humor (característica local). Para o situacionista, um responsabilista da virtude caso responda que nessas condições a coragem exibida não é uma virtude intelectual, será penalizado com o ceticismo, uma vez que se a maior parte das pessoas é localmente corajosa, então a maioria das pessoas tem crenças injustificadas. Caso respondam que de fato a característica local apresentada é uma virtude intelectual, vão precisar explicar como o aspecto de admirabilidade pode vir de tal virtude.

Na sua primeira resposta (O gênio excêntrico), Montmarquet (2017) argumenta que pessoas virtuosas podem ser excêntricas, *i.e.*, se considerarmos as avaliações que fazemos de pessoas virtuosas em termos do que admiramos nessas pessoas, não terá importância se Neymar não consegue jogar futebol numa quadra de futsal, assim, não sofreremos com os problemas indicados pelo situacionismo.

Sua segunda resposta é direcionada ao argumento de que existem menos razões para distinguir as verdades conduzidas pelas virtudes intelectuais quando tentamos adequá-las aos resultados empíricos, ao qual responde que a verdade adquirida a partir das virtudes intelectuais não depende da evidência empírica, uma vez que o *status* da qualidade das virtudes intelectuais deve ser considerado de forma *a priori*.

Por fim, sua terceira resposta vai no sentido de que avaliações de responsabilidade epistêmica devem considerar todos os tipos de fatores situacionais de acordo com o modo que se relacionam às situações, assim, não se pode pensar que cada avaliação epistêmica deve ser realizada unicamente do ato da situação isolada.

Melhor sorte parece não assistir ao responsabilismo a partir das três tentativas de resposta de Montmarquet (2017). Admirabilidade é um aspecto caro ao responsabilismo zagzebskiano. Estamos autorizados a sentir admiração por uma pessoa virtuosa em razão do esforço empregado na posse, o desenvolvimento da sua virtude intelectual e por se desviar de ter no lugar daquela virtude o seu vício correspondente. Uma virtude intelectual como concebida por Zagzebski sempre se revelará quando as condições relevantes para manifestação surgirem, independentemente de “estados de humor”, vez que são traços psicológicos profundos. Se admiramos Neymar pela sua flexibilidade intelectual, independentemente se ele está num campo de futebol no Catar ou numa quadra de futsal na UFPB, bem-humorado ou mal-humorado, esperamos que nas condições propícias para flexibilidade intelectual ele aja de acordo com a virtude. Assim, a primeira resposta não responde satisfatoriamente à questão que foi apresentada, uma vez que consiste numa fuga na qual os responsabilistas apenas deveriam olhar a situação de uma outra perspectiva, desse

modo, o situacionismo epistêmico se impõe.

A segunda resposta nos leva a adotar que podemos pensar em verdades obtidas através de atos de virtude intelectual que não precisam vir acompanhadas de evidências empíricas, o que não é possível numa teoria que deve se adequar ao critério (3) de NM.

A terceira resposta na qual há uma indicação de que devemos fazer avaliações epistêmicas diferentes para cada situação não é algo compatível com o proposto por Zagzebski. Como visto anteriormente, independentemente das mudanças situacionais, uma pessoa virtuosa deve se comportar como uma pessoa de posse daquela virtude se comportaria, o que Alfano (2013) classifica como alta fidelidade a virtude.

Baehr (2017) nos traz uma interessante perspectiva sobre virtudes. Após analisar o experimento das linhas de Asch e o experimento das velas de Duncker, ele nos chama atenção para os casos em que os agentes foram totalmente bem-sucedidos ou, considerando aqueles que chegaram a resolução posteriormente a uma "dica" que lhes facilitou a compreensão da resolução dos casos, parcialmente bem-sucedidos.

A ideia de que existem graus ou níveis de virtudes de imediato combate alguma versão situacionista de que algo como virtudes e vícios intelectuais não existem, no entanto, se a covardia intelectual é o contrário da coragem intelectual e temos ao menos algum grau ou nível de coragem intelectual, parece seguro supor que ninguém possui covardia intelectual, haja vista que não se pode ter a virtude e seu inverso conjuntamente. Para a perspectiva de virtudes intelectuais importa um outro ponto para Zagzebski. Se temos ao menos algum grau ou nível de virtude intelectual, essa virtude se assemelha a uma "capacidade inata" e não temos qualquer responsabilidade por sua aquisição, apenas por seu desenvolvimento. Noutro ponto, podemos dizer que a cor enxergada pelos olhos humanos são graus ou níveis da impressão causada nos olhos pela luz solar e a sua interação com nossos mecanismos fisiológicos, assim, os separamos da seguinte forma:

- (P1) Uma pessoa tetracromata enxerga 100 milhões de cores, logo, está num alto nível ou grau da interação entre a frequência da luz incidente e seus mecanismos fisiológicos;
- (P2) Uma pessoa comum enxerga mais de um milhão de cores, logo, está num nível ou grau médio da interação entre a frequência da luz incidente e seus mecanismos fisiológicos;
- (P3) Uma pessoa daltônica só enxerga uma cor, logo, está num nível ou grau baixo da interação entre a frequência da luz incidente e seus mecanismos fisiológicos; e
- (P4) Uma pessoa cega não enxerga cores, logo, não tem qualquer nível ou grau de

interação entre a frequência da luz incidente e seus mecanismos fisiológicos.

Estamos aptos a fazer essa distinção de níveis e graus porque a evidência empírica nos autoriza. É possível trazer evidência empírica de graus e níveis de virtudes ou vícios? Isso seria auferido a partir da motivação do agente? Num sentido zagzebskiano de virtude intelectual, ainda que seja possível a aquisição gradativa de virtudes, o sujeito deve ser responsável por sua aquisição e desenvolvimento.

Conforme indicado no tópico sobre a dificuldade de medição, Miller (2014) aponta a impossibilidade do modelo de cinco fatores de personalidade de servir como evidência empírica em favor da ética das virtudes e da abordagem responsabilista da EV, em razão de sua incapacidade de elucidar quais seriam as disposições do sujeito para formar crenças e desejos e quais as relações entre essas disposições, bem como pela ausência de evidências empíricas de que os sujeitos epistêmicos possuem disposições para formar crenças e desejos de um tipo virtuoso, de modo que a abordagem de EV responsabilista não parece conseguir cumprir com o critério (3).

Contudo, merece ser mencionado que Miller (2014) entende também pela impossibilidade de invalidar o responsabilismo e a ética das virtudes, utilizando apenas as razões pelas quais os Cinco Grandes não estão aptos a dar suporte empírico aos projetos, defendendo a necessidade de premissas adicionais para tanto. Isso se dá, porque em seu entendimento, ainda que virtudes morais e intelectuais sejam raras, se os eticistas e responsabilistas forem capazes de fornecer evidências empíricas, a fim de elaborarem uma descrição detalhada de como adquirimos, cultivamos, ensinamos e fazemos uso dos traços de caráter, restará demonstrada a plausibilidade do projeto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossos esforços não tiveram o intuito de responder se a Epistemologia das Virtudes, em especial, a sua abordagem responsabilista, é inadequada para substituir uma teoria de conhecimento ou de justificação. Também é forçoso reconhecer que alguns dos contra-argumentos trazidos aqui são de epistemólogos com interesses em projetos diferentes do de Zagzebski, *e.g.*, Jason Baehr parece estar envolvido em um projeto de aperfeiçoamento e sua defesa é por uma abordagem moderada de epistemologia autonomista das virtudes.

O desenvolvimento do presente trabalho possibilitou uma análise sobre o naturalismo em epistemologia e das principais abordagens da Epistemologia das Virtudes. Diante disso, a pesquisa teve como objetivo geral analisar se a abordagem responsabilista de EV proposta por Zagzebski é compatível com a ideia de uma epistemologia naturalizada, à luz do naturalismo epistemológico moderado.

Inicialmente, foi necessário contextualizar o cenário atual da Epistemologia Contemporânea a fim de justificar o nosso trabalho, haja vista que parece existir um consenso entre epistemólogos de que é necessário adotar critérios naturalistas para elaborar uma teoria robusta em Epistemologia.

Nosso primeiro objetivo específico foi de distinguir os projetos naturalistas constantes no manual do naturalismo de Alvin Goldman, a fim de analisar o responsabilismo à luz do naturalismo epistemológico moderado. Obtemos como resultado suas definições, sendo o naturalismo epistemológico meta-epistêmico uma tese de segunda ordem sobre o status ontológico das propriedades epistêmicas normativas; naturalismo epistemológico substantivo um conjunto de temas que partem da compreensão de que o agente epistêmico é um ser físico ou biológico que interage causalmente com o mundo natural; naturalismo epistemológico metodológico a tese segundo o qual a epistemologia deve se fundamentar numa ciência empírica ou, ao menos, deve ser informada e atenta aos resultados de disciplinas científicas, e, por fim, a tese do naturalismo epistemológico moderado em que uma teoria epistemológica pode manter alguns dos compromissos da epistemologia tradicional, desde que seja aceitável do ponto de vista da ciência natural.

O segundo objetivo específico consistiu em, a partir das distinções dos projetos naturalistas, realizar uma análise conceitual e metodológica do naturalismo epistemológico moderado, a fim de apontar os critérios que devem ser seguidos para que uma teoria em Epistemologia possa ser entendida como naturalizável. Obtemos como resultado os seguintes

critérios: uma teoria epistemológica deve ser normativa; uma teoria epistemológica explicar suas propriedades avaliativas e normativas em termos não-epistêmicos; e, uma teoria epistemológica deve estar de acordo com as melhores teorias científicas.

O nosso terceiro objetivo específico consistiu em analisar o desafio situacionista e verificar se os contra-argumentos dos responsabilistas da virtude o respondem satisfatoriamente, na tentativa de responder se esse é suficiente para adotarmos que a EV, em especial, a abordagem responsabilista da EV, é empiricamente inadequada e incompatível com as melhores teorias científicas e a melhor evidência disponível. Obtemos como resultado que até o presente momento os contra-argumentos dos responsabilistas, ao menos numa perspectiva zagzebskiana, não são capazes de responder satisfatoriamente ao desafio situacionista, no entanto, ainda sim, é cedo para adotarmos que a EV responsabilista é incompatível com as melhores teorias científicas, visto que se forem capazes de elaborar uma descrição detalhada como adquirimos, cultivamos, ensinamos e fazemos uso dos traços de caráter, se demonstrará um projeto plausível.

A pesquisa partiu da hipótese de que a abordagem responsabilista zagzebskiana é plenamente capaz de ser naturalizada nos termos do naturalismo epistemológico moderado. Durante o trabalho, foi possível observar que esta não satisfaz todos os critérios do naturalismo epistemológico moderado e, portanto, não é naturalizável.

Metodologicamente, o presente trabalho foi dividido em dois tipos de pesquisa: no primeiro momento, o método explicativo, trazendo uma revisão bibliográfica que visa caracterizar e definir cada abordagem e projeto; no segundo momento, o método qualitativo, voltado para as interpretações de natureza subjetiva.

Recomenda-se para pesquisas futuras, análise aprofundada dos projetos em educação que se propõem a ensinar virtudes intelectuais na sala de aula. Esses projetos parecem ser a direção mais promissora para o cumprimento do terceiro critério do naturalismo epistemológico moderado.

REFERÊNCIAS

- ALFANO, Mark. Expanding the situationist challenge to responsibilist virtue epistemology. **The Philosophical Quarterly**. Oxford, p. 223-249, abr., 2012. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/41426890.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2021.
- ALFANO, Mark. Epistemic situationism: an extended prolepsis. *In*: ALFANO, Mark; FAIRWEATHER, Abrol. **Epistemic situationism**. Oxford: Oxford University Press, 2017, p. 44-61.
- ALFANO, Mark. **Character as Moral Fiction**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- ALFANO, Mark; FAIRWEATHER, Abrol. **Epistemic situationism**. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- ARISTÓTELES. **Ética a nicômaco**. Tradução de Maria Stephania da Costa Flores. Jandira: Principis, 2021, p. 256.
- ARMSTRONG, David Malet. **A Materialist Theory of the Mind**. Abingdon: Routledge, 1968.
- ASCH, Solomon. Effects of group pressures upon the modification and distortion of judgment. *In*: GUETZKNOW, Harold. **Groups, Leadership, and Men**. Pittsburgh: Carnegie Press, 1951, p. 177-190.
- ASSIS, Saulo Moraes. **NATURALISMO E NORMATIVIDADE: A DIMENSÃO NORMATIVA DO CONHECIMENTO SEGUNDO UMA EPISTEMOLOGIA NATURALIZADA**. 2018. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/26999/1/ASSIS,%20Saulo%20Moraes.%20NATURALISMO%20E%20NORMATIVIDADE:%20a%20dimens%C3%A3o%20normativa%20do%20conhecimento%20segundo%20uma%20epistemologia%20naturalizada.%20Tese%20de%20Doutorado,%202018.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2021.
- BAEHR, Jason. Character in Epistemology. **Philosophical Studies**, Berlim, v. 128, n. 3, p. 479-514, abr. 2006. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11098-004-7483-0>. Acesso em: 27 nov. 2021.
- BAEHR, Jason. CHARACTER, RELIABILITY AND VIRTUE EPISTEMOLOGY. **The Philosophical Quarterly**, Oxford, v. 56, n. 223, p. 193-212, abr. 2006. Oxford University Press. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1467-9213.2006.00437.x>. Acesso em: 28 nov. 2021.

BAEHR, Jason. Four Varieties of Character-Based Virtue Epistemology. **The Southern Journal of Philosophy**, Hoboken, v. 46, n. 4, p. 469-502, dez. 2008. Wiley-Blackwell.

Disponível em:

https://digitalcommons.lmu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1032&context=phil_fac. Acesso em: 30 nov. 2021.

BAEHR, Jason. **The inquiring mind**: on intellectual virtues and virtue epistemology. Oxford: Oxford University Press, 2011.

BAEHR, Jason. The situationist challenge to educating for intellectual virtues. *In*: ALFANO, Mark; FAIRWEATHER, Abrol. **Epistemic situationism**. Oxford: Oxford University Press, p.192-215, 2017.

BAEHR, Jason. Intellectual Virtues, Critical Thinking, and the Aims of Education. **The Routledge Handbook Of Social Epistemology**, New York, p. 447-456, Routledge.

Disponível em: <https://jasonbaehr.files.wordpress.com/2013/12/iv-and-ct.pdf>. Acesso em: 10 set. 2022.

BAEHR, Jason. **Deep in thought**: a practical guide to teaching for intellectual virtues. Cambridge: Harvard Education Press, 2021.

BAKER, Lynne Rudder; LYCAN, William G. Judgment and Justification. **The Philosophical Review**, Durham, v. 100, n. 3, p. 481, jul. 1991. JSTOR. Disponível em:

<https://www.jstor.org/stable/pdf/2185076.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2022.

BATTALY, Heather. **Epistemic Virtue and Vice**: reliabilism, responsibilism, and personalism. 1 ed. New York: Routledge, 2015, p. 99-120.

BLASS, Thomas. The Milgram Paradigm After 35 Years: Some Things We Know About Obedience To Authority. **Journal of Applied Social Psychology**. Indiana, p. 955-978. jun. 1999. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1559-1816.1999.tb00134.x>. Acesso em: 13 jan. 2022.

BORBA, Alexandre Ziani. **Uma investigação acerca da natureza da virtude intelectual do seu estatuto enquanto ideal Regulador da Educação**. Tese (Doutorado em Filosofia) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020. Disponível em:

https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/24494/TES_PPGFILOSOFIA_2020_BORBA_ALEXANDRE.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 20. out. 2022.

CHISHOLM, Roderick. **Theory of knowledge**. Hoboken: Prentice-Hall, 1989.

CLIFFORD, W. F. A Ética da Crença. *In*: MURCHO, D. (Ed.). **A Ética da Crença**. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2010. p. 97–136.

CONNOR, Earl; FELDMAN, Richard. *In*: KORNBLITH (Ed.). **Epistemology**: internalism and externalism. Oxford: Blackwell, 2001, p. 231-260.

CRUMLEY, Jack S. **An Introduction to Epistemology**. Peterborough: Broadview Press, 2009.

DARLEY, John; BATSON, Daniel. "From Jerusalem to Jericho": a study of situational and dispositional variables in helping behavior. **Journal of Personality and Social Psychology**. Princeton, p. 100-108. fev. 1973. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/fulltext/1973-31215-001.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2022.

DESCARTES, René. **Meditações Metafísicas**. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2011 [1641].

DORIS, John. Persons, situations, and virtue ethics. **Blackwell Publishers Inc**. Malden, p. 504-530. jun. 1998. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/0029-4624.00136>. Acesso em: 20 jan. 2022.

DORIS, John. **Lack of character**: personality and moral behavior. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/31477922_Lack_of_Character_Personality_and_Moral_Behavior. Acesso em: 20 jan. 2022.

DRETSKE, Fred I. **Knowledge and the Flow of Information**. Cambridge: MIT Press, 1981.

DRIVER, Julia. **Uneasy virtue**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

DUNCKER, Karl. Psychological monographs: on problem-solving. **American Psychological Association (APA)**. Washington, p. 1-110. ago. 1945. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/fulltext/2011-16110-001.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2021.

FAIRWEATHER, Abrol. Introducion: epistemic situationism. *In*: ALFANO, Mark; FAIRWEATHER, Abrol. **Epistemic situationism**. Oxford: Oxford University Press, 2017. p.1-19.

FAIRWEATHER, Abrol; FLANAGAN, Owen. **Naturalizing epistemic virtue**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

FAIRWEATHER, Abrol; ZAGZEBSKI, Linda. **Virtue Epistemology**: essays on epistemic virtue and responsibility. Oxford: Oxford University Press, 2001.

FELDMAN, Richard. Epistemology Naturalized. **Stanford Eyclopedia of Philosophy**, 2012. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/epistemology-naturalized/>. Acesso em: 17 fev. 2022.

FUMERTON, Richard. Metaepistemology and Skepticism. **Doubting**, New York, p. 57-68, 1990. Springer Netherlands. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-94-009-1942-6_5. Acesso em: 01 dez. 2020.

FUMERTON, Richard. Skepticism and Justification. *In*: CULLISON, Andrew. **Continuum Companion to Epistemology**. New York: Continuum Press, 2012, p. 141-160.

GETTIER, Edmund. Is Justified True Belief Knowledge? **Analysis**, Oxford, v. 23, n. 6, p. 121-123, 1 jun. 1963. Oxford University Press. Disponível em: <https://www.andrew.cmu.edu/user/kk3n/epistclass/gettier-goldman.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2020.

GLUCKSBERG, Sam. The influence of strength of drive on functional fixedness and perceptual recognition. **Journal Of Experimental Psychology**. Washington, p. 36-41. abr. 1962. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/fulltext/1963-00469-001.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2021.

GOLDMAN, Alvin. A Causal Theory of Knowing. **The Journal Of Philosophy**, Charlottesville, v. 64, n. 12, p. 357, 22 jun. 1967. Philosophy Documentation Center. Disponível em: https://home.csulb.edu/~cwallis/382/readings/382/goldman_17.pdf. Acesso em: 03 out. 2022.

GOLDMAN, Alvin. What Is Justified Belief?. *In*: PAPPAS, George. **Justification and Knowledge: new studies in epistemology**. Dordrecht: Reidel, 1979, p. 01-23.

GOLDMAN, Alvin. **Epistemology and Cognition**. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

GOLDMAN, Alvin. Epistemic Folkways and Scientific Epistemology. **Philosophical Issues**. Cambridge, v. 3, p. 271, 1992. JSTOR. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/1522948.pdf>. Acesso em: 07 set. 2022.

GOLDMAN, Alvin. **Epistemologia Naturalista e Confiabilismo**. *In*: ÉVORA, Fátima; ABRANTES, Paulo. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, série 3, v. 8, n. 2. Campinas: UNICAMP, 1998, p. 109-145.

GOLDMAN, Alvin. **Knowledge in a Social World**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

GOLDMAN, Alvin. The Unity of the Epistemic Virtues. *In*: FAIRWEATHER, Abrol; ZAGZEBSKI, Linda. **Virtue Epistemology: essays on epistemic virtue and responsibility**. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 30-48.

GOLDMAN, Alvin. Epistemic Relativism and Reasonable Disagreement. **Disagreement**, Oxford, p. 187-215, 5 ago. 2010. Oxford University Press. Disponível em: <http://www.investigacoesfilosoficas.com/wp-content/uploads/12-Goldman-2010-Epistemic-relativism.pdf>. Acesso em: 07 set. 2022.

GRECO, John. **Putting Skeptics in Their Place: the nature of skeptical arguments and their role in philosophical inquiry**. New York: Cambridge University Press, 2000.

GRECO, John. Virtues and Rules in Epistemology. *In*: FAIWEATHER, Abrol; ZAGZEBSKI, Linda. **Virtue Epistemology: essays on epistemic virtue and responsibility**. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 117-141.

- GRECO, John. Virtues in Epistemology. *In*: MOSER, Paul. **Oxford Handbook of Epistemology**. New York: Oxford University Press, 2002, p. 287-315.
- GRECO, John. Knowledge and Success From Ability. **Philosophical Studies**, Berlim, v. 142, n. 1, p. 17-26, 3 dez. 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/6975092/Knowledge_and_success_from_ability. Acesso em: 01 dez. 2022.
- GRECO, John. **Achieving knowledge**: a virtue-theoretic account of epistemic normativity. 1ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- GRECO, John. **The Transmission of Knowledge**. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.
- ISEN, Alice; LEVIN, Paula. Effect of Feeling Good on Helping: cookies and kindness. **Journal Of Personality And Social Psychology**. Princeton, p. 384-388. set. 1972. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/fulltext/1972-22883-001.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2022.
- ISEN, Alice; DAUBMAN, Kim; NOWICKI, G. Positive affect facilitates creative problem solving. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 52, n. 6, p. 1122-1131, 1987. DOI: 10.1037/0022-3514.52.6.1122. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1987-27192-001>. Acesso em: 04 dez. 2022.
- KING, Nathan. Responsibilist virtue epistemology: a reply to the situationist challenge. **The Philosophical Quarterly**, New Jersey, v. 64, n. 255, p. 243-253, jan. 2014. Oxford University Press. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/57564f82b6aa609d464cfbe5/t/62e315d41612a31c82b50ff2/1659049429302/King_Responsibilist+VE_+Proof.pdf. Acesso em: 05 fev. 2022.
- KORNBLITH, Hilary. **Knowledge and its Place in Nature**. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- LOPES, Arthur; FERREIRA, Eduardo. NATURALISMO EPISTEMOLÓGICO, RESPONSABILISMO E O PROBLEMA DO SITUACIONISMO. *In*: ANDRADE, Abrahão; FERREIRA, Anderson; BONNEAU, Cristiano (org). **CORPO, EMOÇÃO, MENTIRA E OUTRAS VEREDAS FILOSÓFICAS**. Foz do Iguaçu: Hímerosa Editorial, 2022, p. 237-278.
- MCCRAE, Robert; COSTA, Paul. **Personality in adulthood**: a five-factor theory perspective. 2 ed. New York: The Guilford Press, 2003.
- MCCRAE, Robert; JOHN, Oliver. The five-factor theory of personality. *In*: JOHN, Oliver; ROBINS, Richard; PERVIN, Lawrence. **Handbook of personality**: theory and research. 3ed. New York: The Guilford Press, 1999, p. 159–81.
- MCDOWELL, John. Non-Cognitivism and Rule-Following. *In*: HOLTZMAN, Steve; LEICH, Christopher. **Wittgenstein**: To Follow A Rule. London: Routledge, 1981. p.141–162.
- MILGRAM, Stanley. **Obedience to Authority**: an experimental view. New York:

Harpercollins, 1974.

MISCHEL, Walter. **Personality and Assessment**. East Sussex: Psychology Press, 1996.

MISCHEL, Walter. From Personality and Assessment (1968) to Personality Science, 2009. **Journal Of Research In Personality**, Amsterdã, v. 43, n. 2, p. 282-290, abr. 2009. Elsevier BV. Disponível em:

<https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S0092656609000178?token=AB206BBF4BE5083A75218769D5A8C5BBAB87F0B5E3E3CE49624FC94689B889C0AF2C5C81EFC56BCC5A0007DE3AD76F18&originRegion=us-east-1&originCreation=20230202151612>. Acesso em: 04 fev. 2022.

MILLER, Christian. Moral Virtues, Epistemic Virtues, and The Big Five. *In*: FAIRWEATHER, Abrol; FLANAGAN, Owen. **Naturalizing Epistemic Virtue**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. p.92-117.

MILLER, Christian B. Character and Situationism: new directions. **Ethical Theory And Moral Practice**, Berlim, v. 20, n. 3, p. 459-471, 30 mar. 2017. Springer Science and Business Media LLC. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10677-017-9791-4>. Acesso em: 02 fev. 2022.

MONTMARQUET, James. **Epistemic Virtue and Doxastic Responsibility**, Lanham: Rowman and Littlefield, 1993.

MONTMARQUET, James. Situationism and Responsibilist Virtue Epistemology. *In*: ALFANO, Mark; FAIRWEATHER, Abrol. **Epistemic Situationism**. Oxford: Oxford University Press, 2017. p.77-89.

OLIN, Lauren; DORIS, John M. Vicious minds. **Philosophical Studies**, Berlim, v. 168, n. 3, p.665-692, 19 jun. 2013. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s110980130153-3>. Acesso em: 05 fev. 2022.

POLLOCK, John L. **Contemporary Theories of Knowledge**. Lanham: Rowman & Littlefield, 1986.

PRITCHARD, Duncan. **Epistemic Luck**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

PRITCHARD, Duncan. GRECO ON KNOWLEDGE: virtues, contexts, achievements. **The Philosophical Quarterly**, Oxford, v. 58, n. 232, p. 437-447, jul. 2008. Oxford University Press (OUP). Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1467-9213.2008.550.x>. Acesso em: 16 nov. 2022.

PRITCHARD, Duncan. VIRTUE EPISTEMOLOGY AND EPISTEMIC LUCK, REVISITED. **Metaphilosophy**, Hoboken, v. 39, n. 1, p. 66-88, 16 jan. 2008b. Wiley-

Blackwell. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1467-9973.2008.00522.x>. Acesso em: 16 nov. 2022.

PRITCHARD, Duncan. Knowledge, Understanding and Epistemic Value. **Royal Institute Of Philosophy Supplement**, Cambridge, v. 64, p. 19-43, 27 maio 2009b. Cambridge University Press. Disponível em: https://www.pure.ed.ac.uk/ws/files/8457781/PRITCHARD_2009_Knowledge_understanding_and_epistemic_value.pdf. Acesso em: 16 nov. 2022.

PRITCHARD, Duncan. SEEING IT FOR ONESELF: perceptual knowledge, understanding, and intellectual autonomy. **Episteme**, Cambridge, v. 13, n. 1, p. 29-42, 9 fev. 2016. Cambridge University Press. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridgecore/content/view/AEEF975EBEEB44FB3DD3B659E501AB14/S1742360015000593a.pdf/seeing-it-for-oneself-perceptual-knowledge-understanding-and-intellectual-autonomy.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2022.

RODRIGUES, Emanuele de Abreu. **CONFIABILISMO EM ALVIN GOLDMAN**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9081/RODRIGUES%2C%20EMANUELE%20AB%20REU.PDF?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 dez. 2022.

RUSSEL, Bertrand. **The Principles of Mathematics**. London: George Allen & Unwin Ltd, 1903.

SOSA, Ernest. The Raft and the Pyramid. **Midwest Studies In Philosophy**, Charlottesville, v. 5, p. 3-25, 1980. Philosophy Documentation Center. Disponível em: <https://www.andrew.cmu.edu/user/kk3n/epistclass/Sosa%20%20Raft%20and%20Pyramid.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2022.

SOSA, Ernest. **Knowledge in Perspective**: selected essays in epistemology. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

SOSA, Ernest. **Apt Belief and Reflective Knowledge**: a virtue epistemology. Oxford: Oxford University Press, 2007.

SOSA, Ernest. **Judgment and agency**. 1ª ed. Oxford: Oxford University Press, 2015.

SOSA, Ernest. Telic Virtue Epistemology. *In*: BATTALY, H. **The Routledge Handbook of Virtue Epistemology**. New York: Routledge, 2019, p.15-25.

SOSA, Ernest. **Epistemic Explanations**: a theory of telic normativity, and what it explains. Oxford: Oxford University Press, 2021.

STEUP, Matthias. A Defense of Internalism. *In* POJMAN, Louis. **The Theory of Knowledge: classical and contemporary readings**. 2 ed. New York: Wadsworth Publishing, 1999.

QUINE, Willard. V. **Ontological Relativity and Other Essays**. 10ª ed. New York: Columbia University Press, 1969.

ZAGZEBSKI, Linda Trinkaus. **Virtues of the Mind**: an inquiry into the nature of virtue and the ethical foundations of knowledge. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

ZAGZEBSKI, Linda. **Epistemic Authority**: a theory of trust, authority, and autonomy in belief. Oxford: Oxford University Press, 2012.

ZAGZEBSKI, Linda. **Exemplarist Moral Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

ZAGZEBSKI, Linda. Intellectual Virtues: admirable traits of character. *In*: BATTALY, H. **The Routledge Handbook of Virtue Epistemology**. New York: Routledge, 2019. p.26-36.

WEYANT, James; CLARK, Russell D. Dimes and Helping: the other side of the coin. **Personality And Social Psychology Bulletin**, Thousand Oaks, v. 3, n. 1, p. 107-110, dez. 1976. SAGE Publications. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/014616727600300119>. Acesso em: 27 nov. 2022.

WILLIAMS, Bernard. **Ethics and the Limits of Philosophy**. Cambridge: Harvard University Press, 198